

O original induziu 918 suicídios, em 1978

“Tem um Jim Jones na Presidência”, diz relator da CPI (Covid)

Divulgação



Chicão dos Eletricitários
Para sindicalista, “a privatização da Eletrobrás vai espantar indústria que ainda resta”

Para Eduardo Assunção, o Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e membro da executiva nacional da Força Sindical, a privatização da Eletrobrás será um desastre: “Já sentimos na pele que toda privatização do setor elétrico trouxe queda na qualidade do serviço e aumento das tarifas”. Em entrevista ao HP, Chicão avaliou que “a privatização vai espantar o que resta de indústria no Brasil”. “A Eletrobrás possui 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, duas termoneucleares, 62 usinas eólicas e uma usina solar. Tem 71.153,60 km de linhas de transmissão, quase metade do total do país: A privatização é uma doação de mão beijada”, afirmou o sindicalista. **Página 5**



1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Comissão quer saber quem ganhou dinheiro vendendo ‘kit mentira’

Nós “temos um Jim Jones na Presidência da República. A diferença é que o americano induziu ao suicídio, e o que está na Presidência do Brasil induz à continuidade dessa tragédia e desse morticínio”, afirmou o relator da CPI, senador Renan Calheiros. O parlamentar fez uma alusão ao líder religioso norte-americano Jim Jones que, em 1978, estimulou o suicídio em massa de 918 seguidores. A comissão quer saber agora quem financiou e quem ganhou dinheiro com a prescrição indiscriminada da cloroquina, ineficaz e prejudicial na Covid. **Pág. 3**

“Fanatismo do governo terminará em violência”, alerta Santos Cruz

Alan Santos - PR



“O Exército enfrenta o mesmo problema das outras instituições brasileiras: o risco de erosão. Infelizmente, a mentalidade anarquista do presidente age para destruir e desmoralizar as instituições, e banalizar o desrespeito pessoal, funcional e institucional”, disse o general Santos Cruz, em artigo, publicado no Estadão, com o título “Por que envolver o Exército em crise política?”. Para o general, ex-ministro da Secretaria de Governo, Bolsonaro “junto com seguidores extremistas, alimenta um fanatismo que certamente terminará em violência”. **Pág. 3**

A “motociata” de Bolsonaro: subversão, baderna e autuação

A “motociata” de Bolsonaro em São Paulo expõe algumas velhas e fundamentais questões, que a humanidade conhece – e tem enfrentado – há muito. O disfarce preferido do Demônio, dizem

os teólogos, é fantasiar-se de Deus. Pois esta é a forma mais eficiente do Maligno fazer o seu serviço imundo. Assim, a “motociata” (!) de Bolsonaro apresentou-se com o nome de “Acelera para

Cristo”. O que Bolsonaro, esse troglodita que prega o assassinato (de pelo menos 30 mil pessoas em um golpe de Estado), a tortura, e, efetivamente, com sua política de tratar os seres humanos

como um rebanho, é culpado pela perda da maior parte dos, até agora, meio milhão de brasileiros que morreram de Covid-19 – o que esse elemento criminoso tem a ver com Jesus Cristo? **Pág. 3**

Jefferson Rudy - Agência Senado



Etchegoyen: “Pazuello em palanque é uma fotografia horrível de nossa história”

O general Sergio Etchegoyen considerou extremamente inadequado Pazuello subir num palanque político. **Pág. 3**

‘Nós só não testamos cloroquina nas emas porque elas fugiram’

“Nunca controlamos ou erradicamos uma doença com imunidade de rebanho. Controlamos com

vacinas”, afirmaram na CPI os cientistas Natalia Pasternak e Claudio Maierovitch. **Página 4**



Fábio Rodrigues Pozzabom - ABR

UEFA exige que Ucrânia tire frase nazi de camisas de sua seleção

A Associação de Futebol da União Europeia (UEFA) exigiu que a Ucrânia retire das camisas de sua seleção o slogan dos colaboradores dos nazistas no país, durante a Segunda Guerra Mundial: “Glória à Ucrânia! Glória aos heróis!”. A UEFA aponta “significado histórico e militarista” da consigna. **P. 6**

Inflação de maio é a maior para o mês em 25 anos

Pág. 2

“Privatização da Eletrobras vai dobrar custo de energia”



Professor do Instituto de Energia/USP e ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás

“Setor elétrico virou plataforma de sucção do excedente econômico”, denuncia Ildo Sauer

O engenheiro e pesquisador Ildo Sauer, professor titular do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da área de negócios de Gás e Energia da Petrobrás, uma das maiores autoridades do país na questão energética, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU, do Rio Grande do Sul, faz uma análise para os universitários gaúchos sobre a crise brasileira do setor elétrico, as perspectivas de novas fontes de energia e a intenção do governo Bolsonaro de privatizar e Eletrobras.

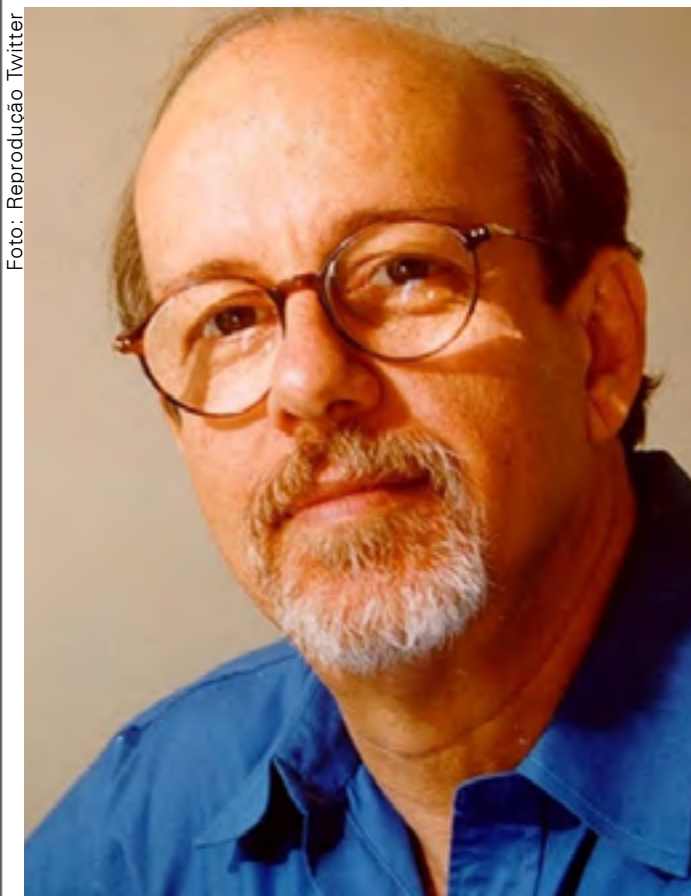
Segundo o professor Ildo Sauer, o setor elétrico brasileiro vive uma crise desde os anos 1990, quando foram feitas reformas no governo Fernando Henrique Cardoso, depois agravadas nos governos petistas. “A crise que vivemos permanentemente no setor elétrico não é uma crise de falta de recursos humanos ou de recursos naturais – temos potencial eólico, solar fotovoltaico e hidráulico remanescente para suprir mais do que três vezes a demanda de energia prevista”.

O problema, adverte, consiste na transformação do setor energético numa “plataforma de transferência de excedente econômico”. Ele explica: “Nós chegamos a esse ponto de crise por causa da conjunção de interesses: contratamos as usinas erradas, operadas de maneira desesperada entre 2010 e 2015, impondo um custo elevado”.

Sauer também comenta a proposta de privatização da Eletrobras e os “jabutis” incluídos na Medida Provisória – MP 1.031/2021, aprovada recentemente na Câmara dos Deputados, a expansão da energia fotovoltaica no Brasil e os desafios acerca da busca de “um novo modelo” para equilibrar o boom da fotovoltaica no país.

“Não se trata de taxar o sol; os sistemas têm custos. Para o sistema fotovoltaico ter confiabilidade, ele precisa estar interconectado. Para estar interconectado, é preciso uma rede de distribuição, e ela tem custos. Mas é possível – e essa é a notícia mais importante – equilibrar tarifas e preços. É possível criar incentivos para que a fotovoltaica seja expandida nas regiões onde traga mais benefícios”, assegura.

Confira a íntegra da entrevista no site do HP: <https://horadopovo.com.br/setor-eletrico-vice-plataforma-de-sucção-do-excedente-econômico-diz-ildo-sauer/>



Engenheiro eletricista Roberto Pereira D'Araujo

IPCA: inflação é a maior em 25 anos: preços de energia, combustível e alimentos disparam

Com um crescimento recorde dos preços em maio, a inflação oficial do país atingiu 8,06% nos últimos 12 meses. Os dados são do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado nesta quarta-feira (09) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pressionados pelo aumento do custo da energia elétrica e alimentação, os preços dispararam 0,83% em maio. O índice depõe contra a pretensa “recuperação econômica” propagandeada pelo governo, mostrando preços fora de controle – inclusive os administrados, sufocando o consumo das famílias já prejudicado pelo alto índice de desemprego.

A taxa de maio foi a maior para o mês desde 1996. No acumulado do ano, a inflação avançou 3,22%. Com o resultado dos 12 meses, os preços decolam do centro da meta do governo (de 3,75%) e ultrapassam também o teto (5,92%).

“Esse resultado do mês tem muito a ver com os [produtos e serviços] monitorados, principalmente energia elétrica e combustíveis”, afirmou o gerente da pesquisa Pedro Kislanov.

Segundo o IBGE, o maior impacto individual do mês veio da alta da energia elétrica (5,37%), que sozinho respondeu por 0,23 ponto percentual do IPCA com a iminente crise de abastecimento nas hidrelétricas. Em maio, passou a vigorar a

bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescentou R\$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatts consumidos. Além disso, no final de abril, ocorreram reajustes em diversas regiões do país.

A inflação de alimentação e bebidas cresceu 0,44%, depois de já ter avançado 0,40% em abril. O preço das carnes deu a maior contribuição, acumulando 38% de variação nos últimos 12 meses e avanço de 2,24% apenas na passagem de março para abril.

“O que tem pesado no caso das carnes é o aumento das exportações, que pesou bastante no ano passado, sobretudo para o mercado chinês, e o aumento dos custos de produção, porque alguns insumos fundamentais para a ração, como a soja e o milho, tiveram grande valorização no mercado internacional, o que reflete no preço para o consumidor final”, afirmou o pesquisador.

No acumulado em 12 meses, os alimentos que mais subiram foram óleo de soja (86,87%), feijão fradinho (58,04%) e arroz (51,83%). Outros itens que pesaram no bolso dos consumidores em maio foram gás de botijão (1,24%), gás encanado (4,58%), gasolina (2,87%), etanol (12,92%) e óleo diesel (4,61%). No ano, a gasolina acumula alta de 24,70% e, em 12 meses, de 45,80%.

Na escalada de preços, contudo, foi generalizada entre todos os grupos pesquisados pelo IPCA

Bolsonaro autoriza mais um aumento no gás de cozinha

O preço médio de GLP (gás liquefeito de petróleo), o conhecido gás de cozinha, sofreu um reajuste de 5,9% nas refinarias da Petrobrás na segunda-feira (14).

Antes deste aumento, o botijão de 13 kg já podia ser encontrado por mais de R\$ 100 na cidade de São Paulo e em algumas capitais do país por mais de R\$ 100. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), em junho deste ano o preço médio está em R\$ 85,9.

É o quinto aumento no ano e o décimo em 12 meses. Em janeiro, a Petrobras elevou o preço em 6%. No mês seguinte, a alta foi de 5,1%. Em março, teve mais um reajuste de R\$

0,15 por quilo e, em abril, o aumento foi de 5%.

Os números falam por si e fazem parte da carestia que as famílias têm enfrentado nos últimos meses, com os também violentos aumentos do arroz, do óleo de soja, da carne, entre outros alimentos básicos, à mercê de exportações descontroladas que desabasteceram o mercado interno. Além do aumento da conta de luz que neste mês está na bandeira vermelha patamar 2.

Os aumentos do gás de cozinha refletem o absurdo da política do governo Bolsonaro de atrelar os preços dos combustíveis ao mercado internacional e à variação do dólar.

“Nenhum país de base hidroelétrica privatizou completamente as suas hidroelétricas, posso citar, por exemplo, a China, que é tudo estatal. Tem os EUA, que as grandes usinas são do Exército americano”, afirma o especialista Roberto Pereira D'Araujo, diretor do Ilumina

bras não é redução de custo”, enfatizou.

“Nós estamos indo por um caminho completamente equivocado, nenhum país de base hidroelétrica privatizou completamente as suas hidroelétricas”, afirmou o especialista em energia Roberto Pereira D'Araujo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), em entrevista ao HP.

“Vendo a Eletrobras, nós vamos ser o único país de base hidroelétrica que tem a maioria do seu setor nas mãos da iniciativa privada”, declarou D'Araujo ao comentar que os preços das tarifas de energia para os consumidores vão aumentar, independente da aprovação dos “jabutis” – emendas que a base do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados incluiu na Medida Provisória (MP) de privatização da Eletrobras.

“Evidentemente que vai ter aumento tarifário, não tenho nem dúvida. Essas térmicas não vão custar barato, as térmicas a gás geralmente custam por volta de R\$ 250 a R\$ 300 por megawatt-hora. O custo, quando o sistema está equilibrado, o custo das hidráulicas, sem usar essas térmicas caras, giram em torno de R\$ 150. Ou seja, a energia que entrar vai custar o dobro do que custa hoje”, alertou o engenheiro eletricista D'Araujo.

A MP está em tramitação no Senado e tem gerado uma série de polêmica em torno dos chamados “jabutis” mas, no essencial, a proposta do governo Bolsonaro de privatizar a Eletrobras é “um caminho contrário ao mundo”, afirmou o especialista.

“Nenhum país de base hidroelétrica privatizou completamente as suas hidroelétricas, posso citar, por exemplo, a China, que é tudo estatal. Tem os EUA, que as grandes usinas são do Exército americano. Tem a Índia, que não privatizou. Tem a Rússia, que não privatizou. Noruega, não privatizou, Suécia, não privatizou. O Brasil vai ser o único. Vendo a Eletrobras, ele vai ser o único país de base hidroelétrica que tem a maioria de seu setor em mãos da iniciativa privada. Vai sobrar a Copel e talvez a Cemig, a Cemig também vai ser privatizada. Então, nós tomamos um caminho contrário ao mundo”, enfatizou o engenheiro.

Roberto D'Araujo contestou as afirmações do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que declarou na semana passada que a privatização vai reduzir as tarifas para o consumidor.

“Maneira correta de reduzir as tarifas é reduzindo o custo de produção”

“Essa ideia de reduzir a tarifa utilizando uma parte da receita da venda da Eletrobras, isto é uma coisa que ninguém no mundo faz. Se você quiser reduzir o preço de uma operação, você tem que reduzir os custos de produção. A tarifa brasileira está cara em função do que foi feito ao longo destes anos todos. Em 2001, se contratou uma porção de térmicas, depois em 2008 nós tivemos um leilão, onde foi livre para o mercado decidir, e foi contratado outra vez muitas de térmicas – inclusive térmicas a diesel –, criou-se vários encargos que não tinham antes, e a tarifa foi crescendo, e agora está muito alta”, argumentou.

“Agora, fazendo uma analogia, você não vende o seu apartamento com o objetivo de pegar parte da receita para reduzir o preço do pão da padaria que você é dono. Se você quer reduzir o preço do pão você busca talvez trocar o forno, mudar a farinha, etc. Ninguém reduz tarifa via transferência, isto na realidade é subsídio – e isso não vai durar a vida toda. A maneira correta de reduzir as tarifas é reduzindo o custo de produção. A receita dessa parcela da venda da Eletro-

bras não é redução de custo”, enfatizou.

“Temos energia cara porque expandimos muitas usinas térmicas caras”

“O Brasil é a segunda tarifa mais cara do mundo – segundo dados da Agência Internacional de Energia (AIE), que compara as tarifas entre países usando o método de Paridade do Poder de Compra (PPP) – e não adianta culpar o imposto. A primeira colocada é a Alemanha, ela cobra mais imposto que o Brasil. A Austria cobra tanto imposto quanto o Brasil. Portugal cobra mais imposto que o Brasil. Nós estamos, por incrível que pareça, com um setor elétrico extremamente caro mesmo sendo baseado em fontes hidrelétricas. Repare que grande parte da energia está sendo praticamente vendida quase de graça pela Eletrobras. Você está com uma tarifa alta mesmo com a Eletrobras vendendo energia por aqueles preços que a presidente Dilma fez na MP 579 para reduzir a tarifa”, sustentou o engenheiro.

“São Pedro não tem muita culpa”

“Sobre os leilões que resultaram em muitas térmicas, só para se ter uma ideia do que foi isso, tanto lá em 2001, quanto em 2008, cerca de 70% da capacidade adicionada em cada ano foi térmica. Cresceram muito as eólicas, e realmente as eólicas entraram, mas nós tivemos duas situações em que entrou muito as térmicas. Essas térmicas de 2008, e algumas do ano 2000, são muito caras porque elas usam óleo combustível diesel. O Brasil usa um sistema tão diferente dos outros que, quando você tem uma oferta cara assim, o Operador Nacional do Sistema, que está lidando com estoque de água, ele prefere não usar as térmicas”.

“Se você não usa as térmicas, porque elas são muito caras, quem está gerando no lugar delas? São as hidráulicas. Portanto esse esvaziamento dos reservatórios e a piora das aflúências, em parte, nós já devíamos estar sabendo disso, porque nós estamos esvaziando os reservatórios desde 2015. Se acompanhar o estoque total, de todos os reservatórios, ele está decrescendo desde 2015. Porque o Operador Nacional do Sistema, corretamente, não quer usar as usinas térmicas caras para preservar água. Ele prefere usar água. Como você tivesse, por exemplo, a sua caixa d'água está esvaziando e a sua única opção é comprar água mineral caríssima, aí você diz, “Opal, eu não vou comprar água mineral. Eu vou continuar usando sua caixa d'água”. Logo, a caixa d'água continuará esvaziando. São Pedro não tem muita culpa disso”.

“O mundo inteiro está querendo se livrar das térmicas, pois elas são caras, são poluentes”

“Então, eu acho que o relator da medida provisória tentou colocar essas térmicas a gás para tentar substituir outras térmicas caras. Só que o que ele não diz é o seguinte: ele não consegue substituir essas térmicas caras totalmente. Essas térmicas caras são mais de 10.000 megawatts que custam mais de 300 reais por watt-hora. Portanto, fica essa briga entre eles, mas, na verdade, o que nós precisamos fazer era nos livrar desse atraso que nós estamos tendo, com as eólicas e com as solares. Não sei se as pessoas sabem, mas hoje a Região Nordeste, que tem um rio que também está com os índices baixos, está exportando energia, eu nunca imaginei que um dia iria acontecer isso. A região mais seca do Brasil, a Região Nordeste, que praticamente só tem um grande rio, o São Francisco, que nasce em Minas Gerais e deságua lá entre Pernambuco e a Paraíba, esse sistema hoje, por conta

das eólicas, está exportando energia para a Região Norte e a Região Norte manda para o Sudeste”.

“Esse é o grande exemplo que nós temos que continuar seguindo. No entanto, a gente está agora inventando de instalar térmica, 6000 megawatts de térmica, enquanto o mundo inteiro está querendo se livrar das térmicas, pois elas são caras, são poluentes. Eu não consigo entender e fico muito preocupado caso essas medidas sejam aprovadas desse jeito. Evidentemente que vai ter aumento tarifário, não tenho nem dúvida. Essas térmicas não vão custar barato, as térmicas a gás geralmente custam por volta de R\$ 250 a R\$ 300 por megawatt-hora. O custo, quando o sistema está equilibrado, o custo das hidráulicas, sem usar essas térmicas caras, giram em torno de 150. Ou seja, a energia que entrar vai custar o dobro do que custa hoje”.

“MP 579 fragilizou a Eletrobras”

“É preciso entender o seguinte: a medida provisória da Dilma, MP 579, ela está certa. Usinas antigas podem vender mais barato, por exemplo: o Canadá tem uma tarifa bem mais baixa que o Brasil por causa disso. Eles amortizaram as usinas. Mas a Dilma fez de uma maneira muito errada. Ela separou as usinas das empresas e disse que a usina só paga o custo dela, e, mesmo assim, calculou um custo muito barato. Na verdade, a Eletrobras está pagando para operar, pois ela separou a usina da empresa, então você imagina os custos administrativos, de pessoal, por exemplo, do CEPEL, depois da medida provisória, eles não têm mais um real que venha dessas usinas, e são 14.000 megawatt. É muita energia. Então, essa maneira que ela fez fragilizou a Eletrobras”.

“Só para dar um exemplo: a receita da usina de Furnas é menos que R\$ 30 por megawatt-hora. A visão que os empresários têm, para valer a pena capitalizar a Eletrobras, é que os preços subam por volta de R\$200. Você imagina, 1 megawatt-hora da usina de Furnas que, ao invés de custar R\$ 30, vai custar R\$ 200 e poucos”.

“Infelizmente, a Eletrobras ficou tão distante da população que as pessoas não sabem o que a Eletrobras fez para a gente. É uma tristeza. Você pode imaginar o valor social que teria se nós tivéssemos, por exemplo, um plano de energia solar nas favelas. Pelo menos nas contas dos pobres, ficariam mais baratas. Como não há, a saída é o “gato”. Roubar energia. Se nós tivéssemos realmente um plano. Tem que dar subsídio para colocar placas solares para todo mundo e amenizar um pouco o custo dessas favelas, seria de grande valor. Primeiro, que o consumo diminuiria. Quando o consumo diminuiu, você atende até o desejo da bandeira vermelha. Para que existe a bandeira vermelha? Para diminuir o consumo. Se você adota o solar, para o sistema, você diminui o consumo”.

“Então, nós estamos muito atrasados. A Alemanha fez o contrário: quem colocar placas solares no telhado até um certo ano lá, paga metade da tarifa. Ou seja, o governo pagava metade do que o cidadão teve de pagar do que ele consumiu na distribuidora. Eles conseguiram uma situação de energia solar muito grande. Eles queriam se livrar do carvão, que eles tinham muito, se livrar das usinas nucleares, que também tinham muito. Então, eles conseguiram. Hoje, apesar da Alemanha ter uma tarifa muito cara, mesmo, essa política retornou para o país. Hoje em dia eles têm uma energia muito mais limpa e com isso eles sentem os benefícios. A energia solar está gerando mais e está aliviando os recursos”.

ANTONIO ROSA

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprij@oi.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução

General foi ministro da Secretaria da Presidência Santos Cruz: “fanatismo do governo certamente terminará em violência”

Em artigo, publicado neste domingo no Estadão, com o título “Por que envolver o Exército em crise política?”, o general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, afirma que a mentalidade anarquista ameaça as instituições brasileiras, inclusive o Exército.

“O Exército enfrenta o mesmo problema das outras instituições brasileiras: o risco de erosão. Infelizmente, a mentalidade anarquista do presidente age para destruir e desmoralizar as instituições, e banalizar o desrespeito pessoal, funcional e institucional. Junto com seguidores extremistas, alimenta um fanatismo que certamente terminará em violência”, diz um trecho do artigo.

“Ao invés de recuperação e aperfeiçoamento das instituições, assistimos ao agravamento da situação existente e a erosão da Saúde, Justiça, Meio Ambiente e Educação”, prossegue o general, destacando que “o presidente tenta também desmoralizar o sistema eleitoral, mas não apresenta as provas de fraude que diz possuir”. Até o Tribunal de Contas da União, aponta o general, é atingido. “Semeia dúvidas sobre o Tribunal de Contas da União, valendo-se de relatório e dados falsos”, denuncia Santos Cruz.

“No orçamento da União, apresenta uma nova forma de ‘mensalão’ – o chamado orçamento secreto. Nas Relações Exteriores, graças ao Senado, escapamos do vexame da quase nomeação de um embaixador esdrúxulo junto aos EUA, e agora temos à frente a investida demagógica de uma nomeação para a África do Sul. Oxalá o Senado poupe o Brasil de mais essa”, acrescenta o general.

O militar afirma que há uma tentativa por parte do presidente de erosão de uma das instituições de maior prestígio do Brasil – o Exército Brasileiro. “O caso do general no palanque, em mais um evento populista promovido pela autoridade maior, é da alçada do comandante da Força, que decidiu dentro das suas atribuições. Problemas disciplinares são resolvidos diariamente por todos os comandantes, nos diversos níveis. Não é esse o problema. O problema é muito maior e mais grave. É político. E tem um responsável – o presidente” assinala Santos Cruz.

“Para realizar seu projeto pessoal, ele vem testando o Exército frequentemente. Isso é deliberado. E projeto de poder. Não aconteceu só por despreparo, irresponsabilidade e inconsequência. Isso é processo planejado, que vem sendo adotado e tentado de forma sistemática. É também um processo covarde, pois as consequências são sempre creditadas a outras pessoas e instituições. Ocorre que a responsabilidade pessoal e funcional está muito bem definida e o responsável maior deve arcar com as consequências”, observou o general.

Para Santos Cruz, “é covardia transferir essa conta ao Exército”. “E é totalmente inaceitável a tentativa permanente de arrastar o Exército para o erro histórico de assumir um protagonismo político em apoio a uma aventura pessoal perseguida de forma paranoica. O Exército não é e não pode ser uma ferramenta de uso pessoal, partidário ou de intimidação política. A missão do Exército não é auxiliar uns e outros em disputas eleitorais e em jogo de poder, dividindo os brasileiros. O Exército tem uma missão constitucional definida”, salientou o militar.

O general reafirmou que “o Brasil precisa de paz, de união nacional, de governo que trabalhe e promova o desenvolvimento socioeconômico com boa administração”. “O Brasil precisa de políticas públicas sensatas, de combate à corrupção, eliminação de privilégios e redução da desigualdade. Precisa de vacina e emprego. É preciso que o voto da maioria sirva para governar para o bem de todos e não para interesses pessoais, familiares ou de grupos”, defendeu.

Natália Pasternak: “a gente só não testou cloroquina nas emas porque elas fugiram”

A CPI da Covid-19 ouve, nesta sexta-feira (11), os cientistas Cláudio Maierovitch e Natália Pasternak. A participação deles na CPI atende a requerimentos dos senadores Renan Calheiros (MDB-AL), Raulo Azeiteiro (MDB-AL), Raulo Azeiteiro (MDB-AL), Humberto Costa (PT-PE) e Marcos do Val (Podemos-ES).

Os senadores citaram a trajetória pública e acadêmica nacional e internacional dos profissionais nas justificativas e afirmaram que os cientistas têm condições de esclarecer ao País sobre a melhor forma de enfrentamento da pandemia da Covid-19.

O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL) perguntou sobre a eficácia de outros medicamentos, além da cloroquina, para o enfrentamento da Covid-19 e citou como exemplos ivermectina, zinco e anitna.

“Esses medicamentos não servem para Covid-19 de acordo com as evidências acumuladas até agora”, disse a microbiologista Natália Pasternak. “A gente só não testou a cloroquina nas emas porque elas fugiram. Mas no resto a gente testou em tudo e não funcionou”, disse a especialista.

“As novas evidências precisam ser robustas. Se elas [emas] aparecerem, a comunidade científica muda de ideia. Mas as evidências acumuladas até agora, de forma realmente robusta, mostram que esses medicamentos não são indicados para Covid-19”, acrescenta.

“Não é tradicional que tenhamos redirecionamento de fármacos para doenças virais porque é realmente muito difícil obter antivirais que funcionem bem. Então, não é nenhuma surpresa que esses medicamentos não funcionem (...). Eles [Esses] não reduzem carga viral, não reduzem inflamação, não reduzem tempo de hospitalização e não aumentam sobrevida.”

Relator da CPI: “temos um Jim Jones na Presidência”



Reprodução

Bolsonaro na “motociata”; à esquerda, seu ídolo, Benito Mussolini “Motociata” de Jair Bolsonaro: subversão, baderna e autuação

A “motociata” (corrupção moral sempre acaba por corromper também a linguagem) de Bolsonaro em São Paulo expõe algumas velhas e fundamentais questões, que a humanidade conhece – e tem enfrentado – há muito.

O disfarce preferido do Demônio, dizem os teólogos, é fantasiar-se de Deus. Pois esta é a forma mais eficiente do Maligno fazer o seu serviço imundo.

Ou, para aqueles que não são religiosos, podemos formular o mesmo pensamento sob outra forma: o Mal sempre procura apresentar-se como o Bem, pois, caso contrário, não conseguiria fazer grande estrago entre os seres humanos.

Assim, a “motociata” (!) de Bolsonaro apresentou-se com o nome de “Aceleradora para Cristo”.

Para que Jesus Cristo, o mestre da misericórdia, precisa que alguém “acelere” para ele?

O que Bolsonaro, esse troglodita que prega o assassinato (de pelo menos 30 mil pessoas em um golpe de Estado), a tortura, e, efetivamente, com sua política de tratar os seres humanos como um rebanho (aliás, pior que isso, porque os rebanhos são vacinados), é culpado pela perda da maior parte dos, até agora, meio milhão de brasileiros que morreram de Covid-19 – o que esse elemento criminoso tem a ver com Jesus Cristo?

O que Bolsonaro tem a ver com aquele que, segundo Mateus, o evangelista, “vendo as multidões, subiu ao monte e se assentou. Seus discípulos aproximaram-se dele, e ele começou a ensiná-los, dizendo: “Bem-aventurados os pobres em espírito, pois deles é o Reino dos céus. Bem-aventurados os que choram, pois serão consolados. Bem-aventurados os humildes, pois eles receberão a terra por herança. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão satisfeitos. Bem-aventurados os misericordiosos, pois obterão misericórdia. Bem-aventurados os puros de coração, pois verão a Deus. Bem-aventurados os pacificadores, pois serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, pois deles é o Reino dos céus” (cf. Evangelho Segundo Mateus, 5:1-10)?

O que Bolsonaro tem a ver com Jesus Cristo? Nada.

Bolsonaro é, portanto, um parasita das crenças religiosas alheias, manipulando-as. Ele mesmo, é incapaz de acreditar em qualquer coisa decente ou sagrada. Apenas usa os ingênuos, ou, simplesmente, bobos.

Portanto, para ele, o único objetivo de “acelerar para Cristo” é o atropelamento de Jesus Cristo e do cristianismo.

Mas isso, ele não vai conseguir.

Seja como for, alguém sabe qual a religião de Bolsonaro?

SUBORNO

Mas Bolsonaro percebeu que disfarçar seu pé de bode dentro de uma bota, para subir numa motociata e passar por “cristão” ou “evangélico”, não era suficiente para lhe garantir a “motociata”.

Assim, como revelou um jornalista – por sinal, de credenciais direitistas impecáveis –, Bolsonaro

prometeu a isenção, nos pedágios, para motocicletas. Para isso, pretende aumentar o pedágio dos carros e caminhões.

Esse é o grande motivo da mobilização dos moto-clubes em torno das “motociatas” de Bolsonaro. Os motociclistas, naturalmente, não querem pagar pedágio. Compreende-se.

Mas, da parte de Bolsonaro, essa promessa – que, no momento, tem a resistência de Guedes – é um suborno.

Pois é assim que ele vê a política: como um mercado de subornos. Seja nas emendas ilegais no Congresso, na isenção fiscal das seitas evangélicas ou na promessa de pedágio grátis para os motociclistas.

Ou na proteção a Salles ou aos membros de sua própria família.

Há poucos dias, ao anunciar sua aposentadoria, o economista Gil Castello Branco, fundador da organização **Contas Abertas**, declarou que “talvez nós estejamos vivendo a maior corrupção da história do Brasil”.

Não se trata de alguém que tenha conciliado ou ocultado a corrupção de governos anteriores. Por isso, sua avaliação é insuspeita.

Como escreveu o jornalista que acima citamos, ninguém faz nada de graça para Bolsonaro. Nem os motociclistas.

SOMBRA

Mas, qual o objetivo real da “motociata” de Bolsonaro?

É óbvio que ele está fazendo campanha para reeleição, o que é ilegal – mas o que não é tão óbvio é que isso serve mais para não ter eleição do que para a reeleição.

O presidente da República passar por cima das leis, juntando inimigos do governador de um Estado – e somente porque considera que esse governador é inimigo seu –, obrigando o Estado a gastar R\$ 1,2 milhão em uma única manhã, com a mobilização de milhares de policiais e 600 viaturas para garantir a segurança do espetáculo, já seria algo muito grave.

Mais ainda, tanto Bolsonaro quanto seus seguidores na “motociata” estavam sem máscaras, outra vez contra a legislação e normas do Estado – e do próprio Ministério da Saúde, em sua fase atual.

E todas as placas das motocicletas, inclusive a de Bolsonaro, estavam cobertas, com os números ocultos – o que é ilegal, pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Esse aspecto embaçado da “motociata” é bem característico do fascismo – e das conspirações maléficas, como veremos.

Nesse caso, não é principalmente porque essa gente tenha algo a esconder, que eles se escondem – mas porque se sentem melhor na sombra, na escuridão, do que na claridade do dia, do sol da manhã, visíveis para todos.

Sabe-se que, para os especialistas no assunto – por exemplo, poetas como Dante e Milton –, essa é uma das características do Diabo.

Porém, não é apenas uma imagem poética – até porque as melhores imagens poéticas expressam, em alguma medida, a realidade. O que eram as fardas das SS de Hitler, senão uma ilustração (embora não somente uma ilustração) desse *modus operandi* das forças do mal?

Vejam esse caso. O que aconteceria, para os participantes, se eles não tivessem coberto as placas das motocicletas?

Provavelmente, nada. A polícia – 6.300 policiais, segundo a PM – que foi deslocada em função da “motociata”, estava ali para garantir a segurança dos motociclistas, e não para multá-los por perturbar o trânsito.

Aliás, a declaração dos próprios organizadores foi clara: queriam o dispositivo policial para evitar que populares exaltados atrásem objetos ou pedras nos motociclistas.

Então, para que cobrir as placas?

Primeiro, para passar por cima da lei – é assim que age o fascismo, sempre indo além dos limites.

Segundo, para incutir nas pessoas um sentimento sinistro – isto é, medo. O desconhecido é sempre aquilo de que temos medo. Daí o uso, que fazem os fascistas, da sombra, dos capuzes, de tudo o que é embaçado. Inclusive das placas cobertas.

A propósito, pelo Código Penal, esta não é uma infração pequena. Cobrir placas de carros ou motos é um crime que pode condenar seu autor até a 6 anos de cadeia – mais multa.

Ou seja, o objetivo da “motociata” era a subversão das instituições e a baderna. Bolsonaro queria avançar nessa direção, depois da outra “motociata”, a do Rio, onde o lastimável Pazuello subiu no palanque.

MULTA

Muito justamente, o governo de São Paulo – tal, como, antes, fizera o governo do Maranhão – autou Bolsonaro, seu filho Eduardo e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, por infringir o decreto que determina o uso de máscara aos motociclistas, para prevenir a propagação do coronavírus.

Os três foram multados em R\$ 552,71 cada um e o governo do Estado informou que o auto de infração foi entregue a eles.

No auto, as autoridades paulistas chamam atenção para a “necessidade da manutenção das medidas preventivas já conhecidas e preconizadas pelas autoridades sanitárias internacionais, como uso de máscara e distanciamento social”.

No final da “motociata”, Bolsonaro repetiu o seu discurso contra qualquer medida de combate à Covid-19, exceto aquela que não funciona (“tomei hidrocortisona. No dia seguinte, estava curado”).

Também disse que, se as estatísticas fossem falsificadas, o número de mortos por Covid-19 no Brasil seria um dos menores do mundo. Literalmente: “há indício robusto que houve, sim, supernotificações [de Covid-19]. E caso nós venhamos a comprovar isso, vamos ver que o Brasil passaria a ser um dos países que tem o menor índice de morte por habitante”.

Não há um único indício, no Brasil, de que hajam sido notificados mais casos de Covid-19 que aqueles que realmente aconteceram. Pelo contrário, todos os indícios são de que o número de casos é ainda maior.

Bolsonaro é, no entanto, um elemento que habita a mentira e se refugia na mentira. O que é outra forma da sombra, ou escuridão, a que nos referimos.

CARLOS LOPES

Senadores querem saber quem financiou e quem ganhou dinheiro com a prescrição indiscriminada da cloroquina, ineficaz no combate ao coronavírus

A CPI da Covid-19, no Senado, vai começar a investigar os entusiastas da cloroquina no “tratamento precoce” contra a pandemia de Covid-19, que serão os próximos alvos da CPI. A comissão quer saber quem financiou e quem ganhou dinheiro com a prescrição indiscriminada da droga, considerada ineficaz no combate ao novo coronavírus.

Conjunto de requerimentos aprovados nesta semana direciona a apuração para empresas farmacêuticas, agências de publicidade, entidades médicas e pessoas físicas que promoveram campanhas em favor do “Kit Covid”.

Até a semana passada, a CPI havia aprovado 18 requerimentos relacionados a medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19. É o caso da cloroquina, da hidroxycloquina, da azitromicina e da ivermectina. Na maioria dos casos, os pedidos apenas requisitavam informações a laboratórios públicos, à Casa Civil e aos ministérios da Saúde, da Defesa e das Relações Exteriores.

Depois de tantas evidências robustas de que os fármacos são ineficazes no tratamento e combate ao vírus, a CPI quer descobrir porque esses medicamentos ainda não foram abandonados, depois de mais de 1 ano que o País enfrenta, erratically, o novo coronavírus.

“LOBBY”

A CPI descobriu nesta semana, que o presidente Jair Bolsonaro atuou em favor de duas empresas privadas que produzem a hidroxycloquina. Em telegrama enviado ao primeiro-ministro da Índia em abril do ano passado, o chefe do Poder Executivo pede a liberação de insumos para a fabricação do medicamento no Brasil.

A partir desta informação, a CPI aprovou requerimentos para investigar a atuação das farmacêuticas EMS e Apsen. São três pedidos de informações sobre a venda de drogas do “Kit Covid” pelas duas empresas, além de um requerimento que prevê a convocação do presidente da Apsen, Renato Spallicci.

O relator da CPI, senador Renan Calheiros, criticou a atuação de Jair Bolsonaro na defesa da cloroquina e no que classificou como “um lobby” para beneficiar os laboratórios privados. O parlamentar comparou o presidente

General Etchegoyen: Pazuello em palanque é uma ‘fotografia horrorosa da nossa história’

O general Sergio Etchegoyen, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), afirmou, na quinta-feira (10), em entrevista ao jornal Valor Econômico, que considera um fato extremamente inadequado o comparecimento do general da ativa Eduardo Pazuello no palanque político comandado por Jair Bolsonaro.

Para o militar, trata-se de “uma fotografia horrorosa da nossa história” que deveria sofrer uma punição. O general afirmou, no entanto, que não iria comentar a decisão do comandante do Exército de arquivar o caso, porque não conhece os detalhes do processo e as razões que levaram o comandante a tomar essa decisão.

Etchegoyen, que participou da entrevista junto com o professor Vinícius Mariano de Carvalho, afirmou ainda que o general Pazuello não é visto como um militar em atividade dentro da tropa e que o episódio não deverá ter grandes repercussões dentro das FFAA. “O general Pazuello é um oficial general que exercia função política já há bastante tempo e continuava vinculado ao Palácio do Planalto. Agora foi nomeado para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência”, disse.

“Não tinha naquele palanque nenhum comandante, ninguém que exercesse um cargo efetivo na Forças Armadas. Pelo contrário, Pazuello era ali um general na véspera de completar seu limite de tempo no Exército. Ele não exerce função militar. E general da ativa? Sim. É conveniente? Absolutamente não”, afirmou Etchegoyen, ressaltando que Pazuello deveria ter consultado sua consciência para decidir se deveria ou não subir naquele palanque.

O general prosseguiu em seu raciocínio de que Eduardo Pa-

da República ao líder religioso norte-americano Jim Jones, que em 1978 estimulou o suicídio em massa de 918 seguidores.

“Temos um Jim Jones na Presidência da República. A diferença é que o americano induziu ao suicídio, e o que está na Presidência do Brasil induz à continuidade dessa tragédia e desse morticínio. Isso não pode continuar a acontecer. Depois de ser pego no flagrante de estar fazendo lobby para empresa privada pela cloroquina, ele ataca a máscara como a querer mudar de assunto”, afirmou Renan.

O relator da CPI anunciou que alguns depoentes chamados à CPI na condição de testemunhas devem voltar a falar — mas agora na condição de investigados. Renan, entretanto, não identificou quem seriam essas pessoas ou por qual motivo elas passariam a ser investigadas. Disse apenas que a medida busca “demonstrar a fase seguinte do aprofundamento da investigação”.

INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Embora algumas respostas já tenham sido encaminhadas à comissão, a maior parte dos documentos não pode ser acessada pelos senadores — especialmente aqueles dados enviados por órgãos do Poder Executivo. Isso porque — mesmo sem previsão legal — alguns gestores classificaram as informações como sigilosas, o que na prática restringe o acesso e dificulta a análise do material.

Nesta semana, dois movimentos da CPI buscaram afastar esse obstáculo e aprofundar a investigação sobre as campanhas em favor da cloroquina. O primeiro passo foi a aprovação de requerimento do relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), que altera a classificação de todos os documentos recebidos pela comissão e categorizados como sigilosos, reservados ou pessoais.

“É que estão mandando todos os documentos como se fossem sigilosos. Nós vamos fazer uma quebra. Tudo vem carimbado ‘sigiloso’, quando não é nada sigiloso. Nós vamos acabar com esse negócio. A pessoa, quando mandar um documento para cá, tem que dizer porque, qual a razão para ser sigiloso. Se não vier, nós vamos abrir”, anunciou o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM).

Com informações da Agência Senado

General Etchegoyen: Pazuello em palanque é uma ‘fotografia horrorosa da nossa história’

zuello não é visto como um militar em atividade ou que exerça alguma influência dentro da Força. “Ele é visto muito mais hoje como um general que cometeu, na minha opinião, uma indisciplina. E que tem um projeto político, ou teria um projeto político, e que está fora do Exército há muito tempo. Essa é a minha opinião”, destacou o militar.

Questionado sobre o fato do processo envolvendo o general Pazuello ter sido classificado como sigiloso por 100 anos, Sergio Etchegoyen explicou que “isso não é uma decisão do Exército, como a mídia noticiou”. Ele informou que todos os processos que envolvem situações específicas são classificadas com base na legislação. “Foi isso o que o Exército informou, que não iria comentar o episódio e que cumpria a lei”, disse o general, acrescentando que a lei fala em prazo de até 100 anos, mas, explicou ele, “quem decide quando divulgar é a Controladoria Geral da União”.

Sobre a proposta de uma PEC que impediria a participação de militares da ativa na administração pública, o general classificou como uma discriminação que poderia provocar até mesmo uma perda de talentos por parte da administração pública.

Ele lembrou que o militar é um servidor do Estado, assim como são servidores do Estado os diplomatas, os policiais e a Receita Federal. “Por que os militares, como servidores do Estado é que não podem exercer cargo na administração pública?”, indagou, lembrando que “é a única dessas carreiras que tem um limite temporal para permanecer nessas funções, que é de dois anos”. “O militar que ocupar cargo na administração tem que ir para a reserva quando completa dois anos fora da atividade nas FFAA”, explicou.

“A gente só não testou cloroquina nas emas porque elas fugiram”

Natalia Pasternak e Claudio Maierovitch esclarecem na CPI da Covid-19 sobre o enfrentamento à pandemia da Covid-19: “nunca controlamos ou erradicamos uma doença com imunidade de rebanho. Controlamos com vacinas”

A CPI da Covid-19 ouviu, nesta sexta-feira (11), os cientistas Claudio Maierovitch e Natalia Pasternak. A participação deles na CPI atende a requerimentos dos senadores Renan Calheiros (MDB-AL), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Humberto Costa (PT-PE) e Marcos do Val (Podemos-ES).

Os senadores citaram a trajetória pública e acadêmica nacional e internacional dos profissionais nas justificativas e afirmaram que os cientistas têm condições de esclarecer ao País sobre a melhor forma de enfrentamento da pandemia da Covid-19.

OUTROS REMÉDIOS INEFICAZES CONTRA COVID-19

O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL) perguntou sobre a eficácia de outros medicamentos, além da cloroquina, para o enfrentamento da Covid-19 e citou como exemplos ivermectina, zinco e anitna.

“Esses medicamentos não servem para Covid-19 de acordo com as evidências acumuladas até agora”, disse a microbiologista Natalia Pasternak. “A gente só não testou a cloroquina nas emas porque elas fugiram. Mas no resto a gente testou em tudo e não funcionou”, disse a especialista.

“As novas evidências precisam ser robustas. Se elas [essas] aparecerem, a comunidade científica muda de ideia. Mas as evidências acumuladas até agora, de forma realmente robusta, mostram que esses medicamentos não são indicados para Covid-19”, acrescenta.

“Não é tradicional que tenhamos redirecionamento de fármacos para doenças virais porque é realmente muito difícil obter antivirais que funcionem bem. Então, não é nenhuma surpresa que esses medicamentos não funcionem (...) Eles [Esses] não reduzem carga viral, não reduzem inflamação, não reduzem tempo de hospitalização e não aumentam sobrevida.”

Maierovitch entregou aos senadores texto de colega, que foi consultor na OMS (Organização Mundial da Saúde), sobre reaproveitamento de fármacos.

“Temos uma lista grande de fármacos, vários deles [desses] em fase experimental. Muitos deles [desses] já descartados. A maior parte em que se tentou o reposicionamento (...) ainda mostram eficácia muito abaixo do desejado, mas pode ser que surja alguma coisa.”

Maierovitch lembrou também episódio recente sobre a autorização de uso da Fosfoetanolamina, chamada de “pílula do câncer”.

“Foi aprovado um projeto de lei de autoria do então deputado Jair Bolsonaro propondo a obrigação do governo em fornecer a fosfoetanolamina para [tratamento de] câncer. Não era sequer um medicamento, uma substância produzida em um laboratório da USP”, disse.

“E, depois, se provou realmente não ser um medicamento e a lei foi derrubada pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Trago esse exemplo porque não houve institucionalidade nas decisões baseadas em ciência.”

DOENÇAS VIRAIS SE CONTROLAM COM VACINAS

Na primeira pergunta aos especialistas, o relator da CPI perguntou qual seria a melhor maneira de combater uma doença viral, como o novo coronavírus.

Pasternak foi direta: “Com vacina. Doenças virais são tradicionalmente, historicamente, combatidas com vacinas”, afirmou.

“Remédios antivirais são difíceis de obter, não são fáceis como antibióticos para infecções bacterianas, que temos uma gama enorme para escolher. Antivirais são difíceis de obter porque o vírus é um parasita intracelular e se aproveita do nosso mecanismo celular para se reproduzir. Temos alguns antivirais muito específicos no mercado, geralmente para uma doença — um que só serve para gripe, um que só serve para herpes”, detalhou.

“Temos vacina para sarampo, rubéola, caxumba, para febre amarela. Variola, única doença erradicada até hoje, é causada por vírus. Mas nunca controlamos ou erradicamos uma doença com imunidade de rebanho. Controlamos com vacinas. Tivemos variola por milhares de anos e ela [essa] não sumiu. Só sumiu com o processo de vacinação organizado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) que durou 10 anos”, completou.

Claudio Maierovitch apontou que nenhum antiviral que funciona foi encontrado por acaso.

“Todos eles [esses] foram estudados com muitos cuidados, com detalhes moleculares, microbiológicos, que permitem conhecer o mecanismo de replicação do vírus, como ele se relaciona com as células humanas, para desenhar moléculas capazes de interferir em cada um desses processos”, detalhou o especialista.

“Não temos no nosso arsenal nenhum que foi encontrado por acaso, que já servia para outra coisa e foi reaproveitado para combater vírus.”

“Não houve coordenação nacional da pandemia”

Ao comparar a forma como o Brasil enfrentou a pandemia de Covid-19 com a epidemia de zika vírus, em 2016, o sanitarista Claudio Maierovitch disse que não houve coordenação nacional no combate ao novo coronavírus.

“Uma estrutura de coordenação, não vimos acontecer neste período, senão para cassar responsabilidades do próprio Ministério da Saúde à medida que se constituíram grupos fora do ministério para cuidar da crise”, disse o Maierovitch.

“Não tivemos, por exemplo, critérios homogêneos definidos para o Brasil inteiro de forma que ficou a cargo de cada Estado e município definir seus próprios critérios [de enfrentamento]. Isso pode parecer democrático. Mas em uma pandemia isso deixa de ser democrático para produzir inequidades”, apontou.

“Não tivemos sequer um plano para aquisição dos imunobiológicos. Assistimos estarrecidos um desestímulo oficial para que um grande laboratório nacional assumisse a produção de vacinas”, completou, se referindo às recusas iniciais do presidente Jair Bolsonaro de comprar a Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan.

“Certamente o cenário seria diferente se houvesse uma política oficial de busca por imunizantes e de acordos para a produção nacional. Certamente o Butantan poderia ter agido mais rápido e com mais pujança e uma produção mais relevante.”

ESTUDO DE 2020 COLOCOU BRASIL EM ÚLTIMO LUGAR NA RESPOSTA DE PANDEMIAS

O médico sanitarista e especialista em políticas públicas e gestão governamental Cláudio Maierovitch, na fala inicial dele, apresentou dados de dois estudos, um de 2019 e outro de 2020, que mostravam retratos contraditórios do Brasil no combate a doenças.

No primeiro, da Universidade Johns Hopkins, o País aparecia em 22º num índice chamado Índice Global de Segurança em Saúde, que avalia diferentes dimensões de preparação e da organização do País para responder possíveis ameaças à saúde pública.

No mesmo estudo, o Brasil era o 9º entre 195 países no quesito “resposta rápida ao alastramento de epidemias e mitigação” — os EUA ocupavam o primeiro lugar neste índice.

O outro estudo, realizado por pesquisadores australianos, situava o Brasil em último lugar em resposta a pandemia: 98º entre os 98 países estudados — os EUA estavam em 94º.

“Brasil e EUA estavam juntos num conjunto de países com lideranças negacionistas na definição apresentada pela Natalia Pasternak e que resistiram a imposição de medidas de contenção da pandemia”, disse Maierovitch.

“O que poderíamos ter tido, desde o início? Em primeiro lugar, a presença do Estado com plano de contenção, antes de a epidemia entrar no Brasil”, afirmou. “Tínhamos experiência para fazer isso no nosso sistema de saúde.”

NEGACIONISMO DA CIÊNCIA CAUSA MORTES

Sobre a questão do uso da cloroquina em pacientes com Covid-19, a microbiologista Natalia Pasternak, na conclusão dela, afirmou que o Brasil está, pelo menos, seis meses atrasado em relação ao mundo, que já descartou o uso de cloroquina contra o novo coronavírus.

“Isso é negacionismo, não é falta de informação. Negar a ciência e usar isso em políticas públicas não é falta de informação, é uma mentira. E no caso triste do Brasil, é uma mentira orquestrada pelo governo federal e pelo Ministério da Saúde. E essa mentira mata porque leva pessoas a comportamentos irracionais que não baseados em ciência”, explicou.

“Isso não é só para cloroquina, é só um exemplo, mas serve para uso de máscaras, distanciamento social, compra de vacinas — que não foi feita em tempo para proteger nossa população. Esse negacionismo da ciência, perpetuado pelo próprio governo, mata”.



Agência Senado

“Negar a ciência e usar isso em políticas públicas não é falta de informação, é uma mentira”, criticou a microbiologista Natalia Pasternak, durante a CPI

À frente do Ministério, Pazuello ignorou por três dias pedidos de oxigênio para o Acre

Eduardo Pazuello, quando esteve à frente do Ministério da Saúde (MS) ignorou por três dias um pedido da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre) para que fossem enviados cilindros de oxigênio ao Estado. As informações constam de documentos entregues pelo próprio Ministério da Saúde à CPI da Covid-19 no Senado.

A solicitação feita pela Secretária da Saúde (Sesacre), feita no dia 12 de março, só foi respondida no dia 15, depois do então ministro Eduardo Pazuello deixar o cargo.

A solicitação foi feita por e-mail pela Secretaria de Saúde do Acre, que pedia ajuda para não ficar sem estoque de oxigênio, como já havia acontecido em Manaus, no Amazonas, também durante a gestão de Pazuello, de acordo com documentos entregues à CPI da Covid.

Na CPI, os senadores se mostraram estupefatos com o fato de o Ministério levar três dias para responder a um e-mail que pedia regime de urgência e por se tratar de risco de falta de oxigênio necessário para salvar vidas.

“Prezados, encaminho o Ofício no. 634/2021/SE/GAB/SE/MS, que trata do risco iminente de desabastecimento de oxigênio nos municípios do Estado do Acre. Solicito confirmação de recebimento”, escreveu a secretária da saúde do Acre.

Uma funcionária de apoio do Ministério da



Solicitação de envio de oxigênio só foi atendida após a saída de Pazuello do Ministério da Saúde

Saúde respondeu, depois de três dias: “Boa tarde! Acuso recebimento. Desculpe a demora”. A pasta se comprometeu a enviar para o Acre 300 cilindros de oxigênio. A primeira leva, com 60 cilindros, foi entregue no dia 17.

De acordo com informações da CPI, o Acre não chegou a ficar sem oxigênio, mas precisou adotar um plano de contingência. Ao menos duas empresas privadas, Oxiacre e Oxivida, chegaram a anunciar que não tinham mais o produto para fornecer na época.

Na capital Rio Branco há três hospitais particulares e somente um deles tem usina própria de distribuição de oxigênio. Os três hospitais públicos do Estado têm usinas próprias de distribuição.

Como as unidades da capital sofriram colapso

pela alta demanda de pacientes, somados ao risco eminente de acabar o oxigênio, alguns precisaram ser transferidos para Manaus no dia 13 de março.

Pelo visto, faz parte do talento do especialista em logística do governo Bolsonaro ignorar informações e mensagens direcionadas a ele quando se tratam de situações da pandemia. Além da crise de abastecimento no Amazonas e da ameaça de falta de oxigênio no Acre, Pazuello também ignorou repetidas ofertas de vacina tanto da Pfizer quanto do Instituto Butantan para a imunização dos brasileiros.

Em seu depoimento na CPI, no entanto, o general disse aos senadores que saiu do ministério com o sentimento de “missão cumprida”.



Estudo da USP aponta sucesso da imunização

Lactantes vacinadas com a CoronaVac transmitem os anticorpos para bebês

Um estudo realizado por pesquisadores do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP identificou a presença de anticorpos contra a Covid-19 no leite materno de lactantes imunizadas contra a doença, mesmo quatro meses após a vacinação com a CoronaVac, imunizante produzido pelo Instituto Butantan.

Vinte voluntárias participaram da pesquisa na cidade de São Paulo. Todas são profissionais da saúde do Hospital das Clínicas, com cerca de 35 anos, foram vacinadas durante um mutirão entre janeiro e fevereiro de 2021, tiveram bebês e doaram amostras de leite materno.

Foram realizadas 9 coletas de leite materno: a primeira foi antes de receberem o imunizante, outras quatro (sendo uma por semana) após a 1ª dose, mais três (sendo uma por semana) após a 2ª dose e a última após 4 meses da vacinação.

As análises feitas pelos pesquisadores do Instituto da Criança mostraram que os anticorpos induzidos pela vacina estavam presentes no leite das mães, que ainda permaneciam nele 4 meses após a vacinação, sendo que em 50% das voluntárias a presença de anticorpos continuava elevada a esta altura.

Durante o ensaio também foram observados picos da presença de anticorpos na segunda semana após a 1ª dose, e na quinta e sexta semanas após a 2ª dose.

“Existe estudo americano e existe estudo em Israel mostrando anticorpos Anti-SARS-CoV-2 no leite, induzidos pela vacina da Pfizer. Essa é a primeira vez que se mostra a presença de anticorpos induzidos pela CoronaVac”, explicou a Doutora Magda Carneiro, pediatra da Faculdade de Medicina da USP e coordenadora da pesquisa.

“Os níveis mais altos foram observados depois da segunda dose. Nós fizemos uma observação ao longo de 4 meses, completados agora, em maio, e metade das mães ainda tinham anticorpos positivos”, continuou.

A professora da Faculdade de Medicina da USP também destacou a segurança da CoronaVac, que pode ser aplicada ainda durante a gestação, aumentando a probabilidade de proteção ao recém-nascido.

“Existem, então, duas formas de uma mãe oferecer anticorpos contra a Covid-19 ao filho após sua imunização — a primeira, por meio da placenta, onde é possível a produção de anticorpos; a outra, é pelo leite materno, onde o nosso estudo demonstrou a presença de anticorpos. Compreender essas duas possibilidades é oferecer um ciclo completo de proteção ao recém-nascido”, completou a doutora.



Jovem foi morta durante ação policial

OAB-RJ condena operação ilegal e cobra investigação do assassinato de Kathelen

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) apontou que a designer de interiores Kathlen Romeu foi morta em uma operação ilegal da Polícia Militar. “A gente já sabe que foi uma operação ilegal que vitimou a Kathlen”, disse Rodrigo Mondego, procurador da comissão da Ordem.

Mondego explicou que a ação da última terça (8) descumpriu a determinação do Supremo Tribunal Federal (ADPF 635/STF) que restringe operações em favelas. Qualquer investida em comunidades precisa ser avisada ao Ministério Público e ter uma justificativa.

Segundo Mondego, a OAB apurou que a PM usou no Beco do 14 a metodologia “Troia”, que consiste em ficar de tocaia na casa de um morador para armar uma emboscada e pegar suspeitos, sem correr muitos riscos.

“Foi a metodologia que a polícia usou naquele momento. Segundo algumas testemunhas e a avó de Kathlen, começaram a disparar. Um tiro acertou a Kathlen”, afirmou o representante da OAB.

Mondego diz que agora cabe à Polícia Civil fazer uma investigação para se chegar à verdade.

“A gente espera um bom trabalho, como a Polícia Civil sempre faz na grande maioria das vezes, para poder descobrir a verdade do fato e saber o que realmente ocorreu naquele momento ali e o que vitimou a Kathlen”, disse o advogado.

Mondego disse que, a partir de agora, vai ouvir mais testemunhas e se colocar à disposição para ir com elas para prestar depoimento na delegacia. Segundo ele, muita gente tem medo de falar. “Se for o caso, podemos incluí-las no programa de proteção à testemunha que existe no estado”, frisou.

Bolsonaro desobrigar uso de máscaras é temerário e irresponsável, condena o presidente do Conass

O presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Carlos Eduardo Lula, criticou a proposta do governo federal de desobrigar o uso de máscara de quem já foi vacinado ou infectado pela Covid-19.

De acordo com o secretário de Saúde do Maranhão, a proposta não tem pé nem cabeça e é irresponsável.

Em mensagem ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, Carlos Lula lembrou que “com quase 60 mil casos novos e 1800 mortes por dia, não é momento de flexibilizar o uso de máscaras”.

“Esse é o único resultado possível que um estudo razoável pode apontar. Não permita que o não uso de máscaras faça com que



Secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula

nostros terríveis números piores ainda mais”, ressaltou.

Jair Bolsonaro afirmou na quinta-feira (10), em solenidade no Palácio do Planalto, que pediu a Marcelo Queiroga, um “parceiro” para desobrigar o

uso de máscaras por quem estiver vacinado contra a Covid ou por quem já tenha contraído a doença. A notícia absurda, condenada por todos os especialistas, pegou de surpresa até mesmo o próprio ministro e sua equipe.

Chicão: 'Privatização da Eletrobrás vai espantar indústria que resta no país'

Em toda privatização a qualidade do serviço caiu e o preço da energia aumentou, alertou o sindicalista

O HP entrevistou na terça-feira, 8, Eduardo Assunção, o Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e membro da executiva nacional da Força Sindical, sobre a Medida Provisória sobre a privatização da Eletrobrás, que tem validade, caso não seja votada no Senado, até o dia 22 de junho.

Chicão é da nova geração de dirigentes sindicais paulistas, tem 48 anos e esteve à frente da greve geral contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro. Ele prevê que a privatização será um desastre: "Já sentimos na pele que toda privatização do setor elétrico trouxe queda na qualidade do serviço e aumento das tarifas".

O líder sindical lembrou que "na crise da pandemia, no quarto trimestre de 2020, a Eletrobrás lucrrou R\$ 1,27 bilhão, 40% menos que no quarto trimestre de 2019, quando atingiu R\$ 2,27 bilhões. Avaliou que "a privatização vai espantar o que resta de indústria no Brasil". Considera que "os lucros das empresas superavitárias do setor elétrico deveriam ser investidos pelos governos federal e estaduais em energia limpa e não em termelétricas. E concluiu: "A Eletrobrás possui 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, duas termonucleares, 62 usinas eólicas e uma usina solar. Tem 71.153,60 km de linhas de transmissão, quase metade do total do país: A privatização é uma doação de mão beijada".

Veja abaixo a íntegra da entrevista, com Carlos Alberto Pereira:

HP - Em plena CPI da pandemia, que desmascara no dia a dia do povo brasileiro o governo genocida de Bolsonaro, Guedes atropela o Senado e coloca em discussão a privatização da Eletrobrás, criada por Getúlio, e responsável pela geração de 30% da energia do Brasil. Qual a sua opinião sobre a privatização da Eletrobrás?

Chicão - É um desastre. Primeiro vai espantar a indústria. Vão acabar com o que resta da indústria no país. Em toda privatização o preço da energia aumentou. Quando é privado, o lucro vai para o acionista. Nunca vi o setor privado fazer uma usina. Eles querem chegar e pegar o que foi mobilizado pelo Estado e tirar lucro em cima disso. Os caras não investem a longo prazo. Querem usurpar o que é público. A privatização é um escárnio. Eu não sou contra a iniciativa privada no setor elétrico. Desde que peguem o fluxo d'água de um rio, formem um lago, criem uma usina, gerem energia, emprego e aí tirem seu lucro. Não! Eles querem pegar o que já está gerando energia, cumprindo seu objetivo social e tirar o lucro.

Já sentimos na pele, e no bolso, que após a privatização da maioria das distribuidoras de energia elétrica a qualidade dos serviços caiu. A conta de luz ficou muito mais cara. Entendemos que sempre se deve buscar a maior eficiência do Estado e das empresas públicas, para melhor atender a população, mas essa visão não pode ser usada como desculpa para entregar nosso patrimônio de mão beijada para a iniciativa privada.

E tem uma questão que considere grave. A MP obriga a compra de energia de termelétricas em locais que não existem nem os gasodutos (DF, MA), isso chieira direcionamento para favorecer "amigos ou aliados".

HP. Quais as vantagens para o país da Eletrobrás estatal?

Chicão - Hoje, a Eletrobrás é um balizador de preços. Impede a formação de cartel. Serve como um lastro. Levou energia a locais que não há interesse do setor privado. Se dependesse do setor privado, não tínhamos saído da orla marítima. Não tinha Brasília, nem Mato Grosso. A estatal não precisa ter lucro exorbitante. Pega o Nordeste, o "Luz Para Todos". A Bomba enche caixa d'água, o nordestino do sertão pode ter geladeira, não precisa salgar a carne, tem luz à noite. A Eletrobrás fez isso porque é pública.

HP - Então privatizar a Eletrobrás é um crime?

Chicão - A Eletrobrás possui 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, duas termonucleares, 62 usinas eólicas e uma usina solar, tem 71.153,60 km de linhas de transmissão, quase metade do total do país. Produz 30% da energia gerada no Brasil. A empresa vem dando superávit ano após ano e, justamente por ser uma estatal, ela reinveste este resultado positivo justamente nestes programas que eu estou falando, de enraizamento do setor elétrico em áreas que não têm energia elétrica. O privado vai pegar o lucro e remeter dividendos para os acionistas.

O que eles estão preparando com a privatização é entregar esse patrimônio que é extremamente lucrativo e que o lucro é reinvestido no Brasil. O resultado no 4º trimestre de 2020 foi R\$ 1,27 bilhões, isso na crise da pandemia, com queda de 44% em

relação ao 4º trimestre 2019, que foram R\$ 2,27 bilhões.

HP - Uma empresa estatal do porte da Eletrobrás não vale só pelo lucro que dá como estatal, mas pelo patrimônio que tem e pelos serviços que presta para o país. Tudo isso deveria ser avaliado no preço. A Vale do Rio Doce, por exemplo, foi vendida - na verdade foi doada - pelo lucro que obteve no primeiro ano de privatizada. E a Eletrobrás?

Chicão - Eletrobrás não é só energia. Você forma grandes lagos quando represa. O que fica embaixo é do domínio da empresa usina. Então não é só a usina, é o lago. Furnas, por exemplo. Todo mundo já ouviu falar do Capitólio, que é extremamente conhecido e todo mundo quer ir lá para turismo, para andar de barco. Tem cachoeiras maravilhosas. São, mais ou menos, 35 municípios em volta que vivem do turismo. Além disso, os lagos são usados para captação de água. Isso vai dar um choque muito grande de interesses.

HP - Dá um exemplo.

Chicão - Você pega a Billings aqui em São Paulo. A EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) é uma empresa estatal de geração de energia. A SABESP pega água para captação. Então tem que ter um entendimento para não faltar nem para um nem para outro. Na hora que tiver na mão do setor privado você acha que ele vai facilitar para o governo, para a população? Olha, vai faltar água para a SABESP e o Dória quer privatizar a EMAE. Não vai ter acordo. A empresa é a da EMAE, não é da SABESP. Se bobear o setor privado ainda vai morder algum da SABESP para usar água da represa.

Tem outros reflexos que não estão na conta da energia, que estão nas bacias hidrográficas formadas pelas represas das usinas. Quem manda na represa é quem comprou a usina. Se bobear, ainda vai ter aumento na conta de água. Tem outros reflexos. O novo dono não quer pagar por isso, mas vai querer cobrar. Outro exemplo, a CTG que comprou a Rio Paranaapanema.

Tudo que está em volta é de dela, turismo, piscicultura, hidroviária, abastecimento de água, essa conta vai para o bolso do consumidor. Isso é muito grave. O governo está sendo inconsequente. Ele sabe disso, por isso não coloca esse debate na população. Sabe que aí ela fica contra. Porque essa conta vai para o bolso do povo.

HP - E você tem mais exemplos?

Chicão - Tudo isso tem conflito de interesses. Eu vou dar mais um exemplo. Hidrovia. Aqui em São Paulo tem a Usina de Três Irmãos, no Rio Paraná. Ela tem um braço. Se gerar muita energia seca o braço e não passam as barcaças. Afeta até a segurança alimentar. O custo do transporte de alimentos, que vem do Mato Grosso para cá, fica muito mais barato, usando uma parte o transporte de hidrovia e os caminhões fazendo o resto do caminho.

Como usaram muita água e o nível baixou, não dava para as barcaças passarem. Teve que fazer a volta com os caminhões. O custo do alimento aumentou por causa disso. Outro ponto de segurança alimentar é que o governo subsidia a geração noturna de energia para agricultura, para fazer irrigação. Você acha que alguém do setor privado vai fazer tarifa social para irrigação à noite? Aí é o alimento mais caro para o povo.

HP - As tarifas estão caras.

Chicão - A geração de energia hidráulica é a mais barata que tem. A água é de graça. Como disse, caras são a transmissão e a distribuição privatizadas. Além disso, o governo força preços mais caros pelo uso de termelétricas, de combustível fóssil para os períodos de estiagem.

HP - Tem outro jeito?

Chicão - Tem outros meios. Pode regulamentar energia solar. Você poderia instalar sua geradora e o que sobrasse virava crédito e servia para alimentar a rede durante a estiagem. Só que estão querendo tributar o que você gerou. O que é barato fica caro.

O governo Federal e os governos estaduais tinham o dever de pegar o superávit das empresas de energia que são superavitárias e reinvestir em energia limpa, renovável. Em vez de ficar alimentando o parque de termelétricas e fazendo lobby político deviam ir tirando energia suja e trocando por energia mais barata e limpa, como a eólica, fotovoltaica, cinética, usando a ondulação do mar, e olha o tamanho de nossa orla. Investiria esse superávit em energia mais barata e limpa. E tudo isso favoreceria a população a médio e longo prazo. Em vez de entregar para a iniciativa privada o lucro da empresa, reinveste esse lucro para desenvolver a reindustrialização e o desenvolvimento do país.



Ato realizado pelas centrais no dia 26

Centrais sindicais convocam mobilização no dia 18 contra "política de morte de Bolsonaro"

As centrais sindicais estão convocando os trabalhadores de todo o país para se mobilizarem, no próximo dia 18, nos locais de trabalho e terminais de transporte público, contra o que elas denominam de "política de morte de Bolsonaro".

Em nota conjunta, as centrais sindicais Força Sindical, CUT, CTB, CGTB, UGT, NCST, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical, e Pública pedem "fora Bolsonaro", auxílio emergencial de R\$ 600, vacinas para todos e a extensão do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

A manifestação também se dá contra a reforma administrativa (PEC 32/2020) e em defesa da Agenda Legislativa das Centrais, que está no Congresso Nacional.

Segundo a nota, respeitando-se todos os protocolos sanitários contra a disseminação do coronavírus, a mobilização terá assembleias, atos, panfletagens e paralisações pontuais.

"Neste contexto de crise econômica, sanitária, política e social sem precedentes na história do Brasil, torna-se fundamental mobilizar os trabalhadores e as trabalhadoras, a partir de seus locais de trabalho", diz o documento.

As organizações sindicais afirmam que, mesmo diante da pandemia, "que já tirou a vida de quase meio milhão de brasileiros e brasileiras ante a incompetência do governo federal", e do risco que faz com que deva-se evitar aglomeração durante protestos e manifestações, "é preciso dar capilaridade às mobilizações envolvendo todos os trabalhadores e trabalhadoras na luta dos sindicatos e das demais organizações populares para avançarmos na construção de um país democrático e no combate à prática de destruição das nossas instituições e dos nossos direitos adotada pelo governo federal".

No comunicado, as centrais afirmam que "as mobilizações de 18 de junho também servirão à orientação sobre a importância de trabalhadores e trabalhadoras cumprirem esses protocolos sanitários no dia seguinte, 19 de junho, durante protesto nacional contra o presidente Bolsonaro". E reafirmam que apoiam o protesto de 19 de junho.

"Faz parte do combate ao desgoverno Bolsonaro repudiar o obscurantismo, o negacionismo e as fake news e disseminar entre os trabalhadores e trabalhadoras a conscientização da gravidade da pandemia, bem como informações para que todos possam proteger a vida, não só a própria, como a de todos", afirmam as lideranças sindicais.

Justiça condena Vale a pagar R\$ 1 milhão para cada família das vítimas de Brumadinho

A Justiça do Trabalho condenou a mineradora Vale a pagar indenização de R\$1 milhão por danos morais para a família de cada trabalhador que morreu no rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A decisão é da juíza titular da 5ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho de Betim, em Minas Gerais, Viviane Célia Ferreira Ramos Correa.

A ação, impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos de Brumadinho (Metabase), beneficia apenas às famílias de 131 trabalhadores porque eles eram ligados diretamente à Vale.

"À luz dos fundamentos expostos, nos autos da Ação Civil Pública [...] julgo PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida a pagar indenização por danos morais no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por vítima fatal, aos espólios/herdeiros dos empregados substituídos para reparação do dano-morte experimentado em decorrência do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho-MG", determina a magistrada na sentença.

A juíza considerou que a Vale tem culpa em um grau "gravíssimo", considerando que o caso provoca intenso sofrimento e humilhação, além das [in]possibilidade de superação física ou psicológica e dos reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão da empresa.

O rompimento da barragem de rejeitos de minério, em 25 de janeiro de 2019, causou a morte de 270 pessoas, das quais 137 seriam funcionários diretos da mineradora, segundo os autores do processo, num total de R\$137 milhões.

A Vale afirmou em nota que "é sensível à situação dos atingidos pelo rompimento da barragem B1 e, por esse motivo, vem realizando acordos com os familiares dos trabalhadores vítimas desta quarta-feira, a condenação mira o dano moral sofrido pelo próprio morto, pelo próprio responsável, por ter sua vida abreviada.

O Metabase argumentou na ação, no entanto, que os pagamentos de indenizações, até então, eram destinados a reparar o dano moral sofrido pelas famílias das vítimas, como pais, filhos, esposas e irmãos. Na decisão desta quarta-feira, a condenação mira o dano moral sofrido pelo próprio morto, pelo próprio responsável, por ter sua vida abreviada.



Chicão é presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo



Sindicatos defendem que projeto seja rejeitado no Congresso

Em Manifesto à Nação, entidades convocam mobilização geral contra reforma administrativa

Mais de 100 entidades representativas de trabalhadores das mais diversas categorias dos setores público e privado, das seguranças públicas civil e militar, estadual e federal, lançaram um manifesto conjunto contra a reforma Administrativa proposta pelo governo Bolsonaro, que tramita no Congresso Nacional.

No Manifesto à Nação, as entidades alertam que essa reforma representa "o desmonte dos serviços públicos e das redes de proteção social, com reflexos nocivos ao desenvolvimento nacional, agora agravada com o risco de ter um serviço público influenciado pelo patrimonialismo, clientelismo e ingerências políticas de toda ordem".

As entidades fazem um chamado à sociedade, à imprensa e principalmente à classe política para a gravidade da reforma e avisam: "Estaremos mobilizados em todo país no dia 23/06/2021 contra a tramitação da PEC 32/2020 no Congresso Nacional".

O texto é assinado por entidades como o Fonaate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado), a UPB (União dos Policiais do Brasil), a Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), o SINDPOL (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil), a CNTI (Confede-

ração Nacional dos Trabalhadores na Indústria), a COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), a CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil), entre outras.

Segundo o manifesto, "a PEC 32/2020 é tão prejudicial ao povo brasileiro pelos graves danos que trará ao país que conseguiu unir todos contra ela".

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/20) teve admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e a Comissão Especial que irá debater e votar a reforma foi instalada nesta quarta-feira (9).

Segundo o manifesto, "esta mudança constitucional não busca a eficiência ou maior profissionalização dos serviços públicos, como educação, saúde, segurança pública, Justiça, assistência social, previdência, meio ambiente, dentre outros fundamentais para o desenvolvimento humano, social, cultural, institucional e econômico do país. Busca atender a interesses estranhos aos do povo brasileiro".

O documento destaca que "ao se estabelecer regras de flexibilização e terceirização de serviços públicos essenciais à população, bem como concentrar nas mãos do Poder Executivo prerrogativas inúmeras por Decreto Autônomo, para mudar a estrutura da Administração Pública de acordo com sua vontade

política e pessoal, a PEC da Reforma Administrativa acaba por criar uma situação incompatível com o regime republicano e democrático".

E salienta que, embora o setor privado seja essencial à produção de riquezas, empregos e ao desenvolvimento da Nação, "não se nega essa verdade", o Estado, "com o conjunto de órgãos que o integra nas diferentes finalidades, é o garantidor de seu pleno funcionamento e equilíbrio na preservação das redes de proteção social e serviços públicos essenciais à população".

Ao reforçar a importância do serviço público eficiente, de carreira e sem apadrinhamento "que a sociedade brasileira demorou séculos para consolidar", as entidades fazem um apelo por uma ampla mobilização contra a reforma e o desmantelamento do serviço público.

"Acima de tudo, essa defesa do serviço público é pelo país e por você, cidadão brasileiro! Não serão fake news nem narrativas falsas que irão esconder o desserviço à Nação que estamos vendo com esta proposta de sucateamento dos serviços públicos e desmonte das redes de proteção social", finaliza o manifesto.

Aprovado projeto de Leci Brandão que impede despejos e remoções em SP durante a pandemia

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, na quarta-feira (9), projeto de lei de autoria da deputada Leci Brandão (PCdoB) em coautoria com os deputados Maurício (PT) e Dr. Jorge do Carmo (PT), que suspende despejos, remoções e reintegrações de posse, judiciais e extrajudiciais, em todo o estado durante a pandemia.

O projeto também suspende a aplicação e cobrança de multas contratuais e juros de mora em casos de não pagamento de aluguel ou das prestações de quitação dos imóveis residenciais.

Após a aprovação do PL, que agora segue para sanção do governador João Dória, Leci Brandão comemorou em seu Twitter: "Hoje é um dia especial. Acabamos de aprovar o PL 146, que impede o despejo de famílias durante a pandemia!".

A deputada agradeceu a todos que ajudaram para que o projeto tivesse êxito. Em especial, aos coautores do projeto, Maurício e Jorge do Carmo.

O projeto tramitava na ALESP desde março de 2020 e, segundo Leci Brandão, "mesmo que tardia, a aprovação representa uma vitória dos movimentos de moradia

que tanto tem sofrido com as consequências do agravamento da crise econômica do país, aumento do desemprego e pandemia".

A suspensão terá validade enquanto vigorar o estado de emergência ou de calamidade pública em razão da pandemia e mais 90 dias após o fim desse período.

Na semana passada, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de medidas no mesmo teor, especialmente voltadas à população em situação de vulnerabilidade.

Israelenses celebram a saída de Netanyahu em Tel Aviv e Jerusalém



“Ele já foi!”, foi o grito de satisfação que ecoou na Praça Rabin em Tel Aviv

Darnella Frazier recebeu prêmio Pulitzer de jornalismo por filmar assassinato de Floyd

Darnella Frazier, jovem de 17 anos que filmou com seu celular o assassinato de George Floyd por um policial branco em Minneapolis em maio de 2020, episódio que denunciou a violência racial no país, recebeu na sexta-feira (11) uma menção especial do Prêmio Pulitzer, o mais importante prêmio do jornalismo dos Estados Unidos.

As imagens gravadas por ela foram divulgadas por veículos de imprensa em todo o mundo e se tornaram decisivas na acusação contra o ex-policial Derek Chauvin, responsável pela morte de Floyd, cuja sentença será definida no dia 16 de junho.

A jovem testemunhou no julgamento, dizendo aos jurados que ela olha para seu pai e outros homens negros em sua vida e pensa sobre “como aquele poderia ter sido um deles”.

O comitê do prêmio disse que a garota foi premiada por “filmar corajosamente o assassinato do cidadão negro George Floyd, um vídeo que desencadeou protestos contra a violência policial no mundo todo e que destacou o papel fundamental dos cidadãos na busca dos jornalistas por verdade e justiça”.

No vídeo filmado por Frazier, Chauvin se ajoelha por mais de nove minutos no pescoço de Floyd, de 46 anos. Vários transeuntes pedem repetidamente que ele pare e Floyd diz que não consegue respirar, antes de perder a consciência.

Em um post em seu perfil no Instagram em 25 de maio último, quando a morte de Floyd completou um ano, Frazier escreveu: “Mesmo que tenha sido uma experiência traumática que mudou minha vida, estou orgulhosa de mim mesma. Se não fosse pelo meu vídeo, o mundo não teria conhecido a verdade. Eu reconheço isso. Meu vídeo não salvou George Floyd, mas tirou seu assassino das ruas”.

“Eu não conhecia aquele homem, mas sabia que sua vida importava”, escreveu a jovem em sua página no Facebook. “Isso me mudou, mudou minha visão da vida. Me fez perceber o quão perigoso é ser negro nos Estados Unidos.”

O vídeo “entrará para a história”, afirmou a Associação Americana para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP), na sigla em inglês, uma das primeiras entidades formadas na luta contra



Darnella (terceira a partir da dir.) ao filmar o crime



Policial Chauvin foi filmado ao assassinar Floyd

a segregação racial nos Estados Unidos) da Carolina do Norte, Estado onde Floyd nasceu.

“Como o filme de Abraham Zapruder sobre o assassinato do presidente John Kennedy, o encobrimento policial tradicional tornou-se impossível”, disse a entidade antirracista em um comunicado.

“Ninguém, nem mesmo muitos dos colegas policiais de Chauvin, poderia argumentar contra o filme da Srta. Frazier.”

“Um dia, nossos filhos poderão ser apenas crianças”, disse Sherrilyn Ifill, da NAACP, após o anúncio do prêmio. “Enquanto isso, recompensemos sua valentia e sua contribuição para a manifestação da verdade.”

“O triste é que se não fosse por aquela garota de 17 anos, Darnella, teria sido outro homem negro

Depois da formação de uma ampla frente de oito partidos, o novo governo, eleito por uma margem estreita de 60 a 59 e sem a nefasta presença de Netanyahu, tomou posse no parlamento de Israel

Após votação apertada foi aprovado por 60 votos a favor, 59 contra e uma abstenção, o novo governo israelense que terá, ao longo dos quatro anos de mandato, dois primeiros ministros em rotação de ministros. O primeiro a exercer o cargo é Nafatli Bennett, que acaba de prestar juramento logo após vitoriosa a votação no Knesset, parlamento de Israel.

Também prestou juramento como ministro do Exterior atual e premiê após dois anos, Yair Lapid, que chefiou as negociações para formar o governo de mais ampla aliança da história israelense reunindo deputados da esquerda, centro e direita, com a participação pela primeira vez de um representante de um partido árabe, Mansur Abbas.

COMEMORAÇÃO

Desde a noite de sábado e seguindo por todo o dia deste domingo (13), a praça central de Tel Aviv, assim como o centro de Jerusalém foi tomado por israelenses celebrando o afastamento de Benjamin Netanyahu (alinhado de Bibi pelos israelenses) que já estava em condição minoritária após quatro eleições em dois anos e que vinha manobrando para continuar no poder, inclusive ameaçando conduzir o país à quinta eleição e a um aprofundamento de uma crise consequência do seu mandato esticado o que não permitia sequer a aprovação de um novo orçamento.

Uma crise social sob a tensão causada pelo assalto constante às terras palestinas e que culminou com os confrontos entre policiais e palestinos – impedidos de entrar pela entrada principal de Jerusalém Oriental, o portão de Damasco – uma repressão na qual a polícia de Jerusalém chegou a jogar bombas no interior da mesquita Al Aqsa, durante o período sagrado das orações do Ramadã e que transbordou para um conflito na região sul de Israel e na Faixa de Gaza com mais uma rodada de bombardeio e destruição de milhares de casas e centros de saúde em Gaza e com foguetes lançados sobre algumas cidades israelenses por militantes a partir de Gaza.

DESAFIOS

O novo governo tem grandes desafios, entre eles o de integrar a população árabe, uma das principais promessas de Nafatli Bennett ao assumir o posto de novo premiê.

Há também a questão mais importante, desde a implantação de Israel, a questão da paz entre palestinos e israelenses e que passará a ser uma das pautas internacionais centrais que é a do retorno

à mesa das negociações para que se alcance uma paz justa e segura. A forma central desta paz tem por base o acordo dos Dois Estados, firmado por Arafat e Rabin pouco antes da morte do premiê israelense. Itzhaq Rabin foi assassinado por um fanático judeu na praça de Tel Aviv que agora leva o seu nome e que é agora palco de intensa comemoração com a saída daquele que foi o principal incitador contra o acordo e contra Rabin, o que acabou naquele trágico desfecho, logo seguido do governo de Netanyahu, principal obstáculo à consecução do acordo e, portanto, da paz na região.

Ainda que o ministro que assume, Naftali Bennett, tenha reafirmado no discurso ao parlamento, antes da votação que o elegeu, que Israel deve manter a ocupação na Cisjordânia, essa não é a posição da maioria dos seus ministros na ampla composição de governo, nem da maioria da população. Portanto, a questão está colocada e o que se pode esperar é que a mesma amplitude que levou ao novo governo permita a retomada da esperança usurpada por Netanyahu que agora deixa o cargo para enfrentar a continuação de seu julgamento por receptação de suborno, fraude e quebra de confiança, só que agora desprovido da imunidade que o cargo de premiê lhe conferia.

A índole fascista de Netanyahu envenenou a atmosfera política e social do país durante 12 anos de seu mandato e esteve presente até os últimos dias quando ele estimulou criminosamente seus seguidores a atentarem contra a vida e a tranquilidade das famílias dos deputados dispostos a votar no novo governo.

Após a queda de Donald Trump e agora, enquanto mais um extremista a quem Bolsonaro se festejava aliado no plano internacional era afastado, as praças centrais de Tel Aviv e Jerusalém ecoavam desde a véspera, prevendo o fim do governo Netanyahu: “Vai embora daqui, Bibi!” e, mais uma vez, voltou a soar nas ruas a palavra de ordem que espelha o futuro possível para ambos os povos: “Árabes e judeus se negam a ser inimigos!”

TRISTE CAPÍTULO

O premiê palestino, Mohammed Shtayeh, saudou o fim de um capítulo negro no conflito com a saída de Netanyahu e exigiu: “O novo governo tem que trabalhar para garantir ao povo palestino seu direito legítimo a um Estado”

UEFA exige que Ucrânia retire slogan nazista da camiseta de sua seleção

A Associação de Futebol da União Europeia (Uefa) exigiu que a Ucrânia retire das camisetas da seleção os dizeres “Glória à Ucrânia! Glória aos heróis!”, por reproduzir o slogan dos colaboradores dos nazistas no país.

Embora os termos da Uefa ao exigir a retirada não façam menção aos colaboracionistas apontam para a “natureza política” da consigna e para seu “significado histórico e militarista”.

O governo da Ucrânia tentou minimizar a escolha do slogan de triste conteúdo dizendo que a camiseta era “símbolo de unidade nacional”, como se o nazifascismo ou sua exaltação pudessem simbolizar tal “unidade”.

A medida da Uefa atendeu a uma solicitação da União de Futebol da Rússia, em respeito ao

sofrimento imposto ao país que, junto com os demais integrantes da União Soviética, foram os mais duramente atingidos pela invasão nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

O slogan foi usado nas manifestações direitistas na Praça Maidan (incentivadas pelos EUA) que levaram à deposição do governo e a chegada ao poder de uma junta de ideologia nazista ao governo do país.

Maria Zakharova, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia saudou a medida da Uefa e acrescentou, nesta quinta-feira (10), que o “esporte não é um campo de batalha, mas um lugar de competição; não é uma arena política, mas atlética. Tornem-se heróis dos esportes e terão a sua glória”.



Margaret Harris, porta-voz da OMS se contrapõe a Bolsonaro e diz que mesmo os vacinados devem manter uso de máscaras

A Organização Mundial da Saúde, OMS, reforçou sua recomendação sobre o uso da máscara, mesmo para pessoas já vacinadas ou quem já foi infectado pela Covid-19, contrapondo-se ao presidente Jair Bolsonaro que defendeu desobrigar o uso desse importante equipamento de proteção.

A porta-voz da OMS, Margaret Harris, na sexta-feira (11), questionada pelo jornalista Jamil Chade, do portal Uol, numa coletiva de imprensa em Genebra, fez a ressalva de que a agência não tem o poder de determinar o uso de máscaras em um país, mas foi incisiva na recomendação de que a proteção continue sendo usada.

“O que queremos é reduzir a transmissão da doença e não sabemos se as vacinas podem evitar transmissão”, explicou. “Usar a máscara, portanto, é para prevenir a transmissão”, alertou.

O escritório da OMS na Europa em sua mensagem foi claro: “Vacinas nos aproximam do final da pandemia, mas mesmo se você estiver vacinado, você ainda pode ser infectado e passar o vírus”.

Por isso, a OMS pede que países e sociedades “façam tudo o que for recomendado”. Isso inclui “manter distância segura, use a máscara e limpe as mãos”.

Na quinta-feira (10), Bolsonaro, passando instruções de forma aparentemente casual, disse que “conversou com um tal de Queiroga, não sei se vocês sabem quem é, e ele vai ultimar um parecer visando a desobrigar o uso de máscara por parte daqueles que foram vacinados ou que já foram contaminados”.

O ministro Queiroga, porém, sem negar que esse é o plano do governo, disse que é preciso que a vacinação avance para que o plano seja colocado em prática.

Dados da OMS revelam que a pandemia da Covid-19 no Brasil vai na direção contrária da situação internacional. Em seu último boletim semanal, a agência indicou que o número de novos casos de contaminação caiu em 15% em sete dias no mundo. Mas, no Brasil, a tendência é de alta e o país registrou um aumento de 7% nesse mesmo período.

O alerta sobre a necessidade do uso da máscara já tinha sido feito no dia seguinte à decisão dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA que liberaram pessoas totalmente vacinadas da obrigatoriedade do uso de máscara ao ar livre e também em alguns ambientes internos.

“A pandemia não terminou, há muita incerteza com as novas variantes e precisamos manter os cuidados básicos para salvar vidas”, afirmou Maria van Kerkhove, líder técnica para a Covid-19 da OMS. “No caso de um país que deseja eliminar a obrigatoriedade da máscara, isso só deve ser feito no contexto de considerar tanto a intensidade de transmissão na área quanto o nível de cobertura vacinal”, ressaltou o especialista em emergências da organização, Mike Ryan.

Concluída a apuração dos votos, Pedro Castillo vence eleições peruanas

O Órgão Eleitoral Peruano (Onpe) divulgou no final da tarde desta quinta-feira (10) o encerramento da apuração das urnas com a vitória do candidato presidencial pelo partido Peru Livre, Pedro Castillo.

Conforme os 100% das atas processadas, o professor cajamarquino obteve 8.800.081 votos (50,198%), enquanto Keiko, filha do ditador Alberto Fujimori (preso por crimes de lesa-humanidade), ficou com 8.730.535 (49,802%), uma diferença de 69.546 votos.

Diante das inúmeras tentativas dos fujimoristas de anular a decisão soberana das urnas, o professor rural havia conclamado as autoridades eleitorais para que “em favor do país e pela democracia, por nossa pátria, sejam respeitosos e não manchem a vontade do povo peruano”. “Temos a contagem do partido em que o nosso povo se impõe nesta façanha e o saúde”, acrescentou.

Na segunda-feira (7), Keiko Fujimori, havia alegado uma suposta “fraude”, sem mostrar prova concreta alguma e, posteriormente, se tornou público que uma montanha de dólares estava movimentando firmas de advogados na tentativa de impugnar atas que favoreciam a Pedro Castillo. Na quarta-feira (9) à noite os fujimoristas anunciaram que iriam pedir à Justiça Eleitoral a anulação de 802 atas.

Para o analista Fernando Tuesta, ex-titular

do Onpe, a atitude de Keiko ao apontar uma possível fraude é “repugnante”. “Ela já deixou de reconhecer os resultados em oportunidades anteriores. E, devido a essa posição, levou o país a níveis de ingovernabilidade que sofremos até hoje”, condenou.

“Não é possível declarar a anulação de grupos de atas que já tenham sido contabilizadas porque a Lei Orgânica de Eleições é bem clara e proíbe isso”, explicou Cristhian Jaramillo, especialista em temáticas eleitorais. “Se exigirmos a nulidade das mesas de sufrágio deveriam apresentar algumas provas muito mais fortes. No Peru não existe a figura da contagem de votos porque os votos são destruídos, o que existe é a ata”, acrescentou.

O Júri Nacional de Eleições informou que a Missão de Observadores da União Interamericana de Órgãos Eleitorais apresentou relatório no qual afirma que o pleito ocorreu de modo regular e com êxito. No mesmo sentido, a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), composta por 40 membros, apontou que a eleição transcorreu normalmente e que eventuais inconformidades “não comprometeram a eleição como um todo”.

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, saudou o presidente eleito e comunicou a Castillo seu desejo de usar “esforços em favor da América Latina”.

Merkel e Draghi rejeitam no G7 a guerra fria de Biden contra China



A alemã Merkel e outros líderes da UE têm investimentos comuns com a China

EUA faz provocação com B-52 na Europa às vésperas da cúpula Biden-Putin

A embaixada de Moscou em Washington advertiu que a presença de bombardeiros estratégicos B-52 com capacidade nuclear nos exercícios da OTAN em curso na Europa é uma escalada séria e impacta de forma negativa a próxima cúpula entre os presidentes Vladimir Putin e Joe Biden, marcada para Genebra.

A representação diplomática russa classificou como “uma provocação” as manobras com os bombardeiros B-52H Stratofortress, que sobrevoaram o Mar Báltico e, portanto, se aproximaram das fronteiras da Rússia várias vezes no início da semana (de 7 a 9).

O B-52, que no auge da Guerra Fria chegou a ser o principal esteio para um plano de ataque nuclear norte-americano à então União Soviética, tornou-se o símbolo da chamada ‘destruição [nuclear] mutuamente assegurada’.

DR. STANGELOVE

O filme de Stanley Kubrick de 1964, ‘Dr. Strangelove ou: Como eu aprendi a parar de me preocupar e amar a bomba’, satiriza a insanidade militarista e tem uma cena antológica, em um cowboy mergulha sentado sobre uma ogiva nuclear rumo à União Soviética.

Moscou já havia denunciado a revoada dos B-52 por 30 países europeus, inclusive cinco que fazem fronteira com a Rússia em 31 de maio.

Nos últimos meses, todos os três bombardeiros estratégicos com capacidade nuclear



Voos com bombardeiro B-52 é hostilização dos EUA

dos EUA, o B-1, o B-2 e o B-52, têm sobrevoado a Europa em clara tentativa de intimidação.

No comunicado, os diplomatas russos condenaram tais manobras por alimentarem “as tensões na Europa”, e advertiram que esse comportamento “escurece a atmosfera em antecipação [às] reuniões de cúpula Rússia-EUA”.

A cúpula, proposta pela Casa Branca, foi apresentada como parte dos esforços para alcançar “uma relação estável e previsível com a Rússia, consistente com os interesses dos EUA”.

A embaixada instou Washington a “reconsiderar radicalmente sua abordagem para a segurança no continente e interromper as atividades perigosas nas proximidades das fronteiras da Rússia”.

O general Jeff Harrigian, do Comando Aliado da

OTAN e da Força Aérea dos Estados Unidos, defendeu a revoada, dizendo que “a segurança de nossos aliados bálticos e nórdicos é uma prioridade duradoura”. O programa de exercícios, disse ele, “é fundamental para garantir que sempre possamos viver de acordo com o mais alto padrão de suporte”.

Essas provocações não têm se limitado ao teatro europeu. Na quinta-feira (10) um caça russo Su-35 detectou e escoltou uma aeronave de reconhecimento estratégico RC-135 norte-americana sobre o oceano Pacífico, comunicou o Distrito Militar Oriental da Rússia nesta quinta-feira (10).

Depois que o avião militar estrangeiro se afastou da fronteira da Rússia, “o caça russo voltou com segurança para sua base”, acrescenta o comunicado. No Mar Báltico e no Mar Negro, isso tem acontecido ainda com maior frequência.



Comissão Interamericana de DDHH em Bogotá

Comissão Interamericana de Direitos Humanos vai apurar a repressão na Colômbia

Nesta semana, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) visitou o país, onde recolheu denúncias de organizações sociais que falam em até 700 casos de desaparecimentos provocados pela repressão governamental.

“O governo de Iván Duque é um regime ditatorial com a máscara ou maquiagem de democracia, pois tem como marcas desaparecer, torturar e matar”, denunciou a escritora, poeta, jornalista e artista Cecilia Zamudio.

Em contundente entrevista ao site resistir.info, a jornalista colombiana denunciou o aumento da repressão a partir da Paralisação Nacional, iniciada no dia 28 de abril, e que se mantém, já tendo derrubado duas reformas – a tributária e a da saúde – e dois ministros.

“O fato é que as forças repressivas não só aprisionam, como sequestram e fazem desaparecer manifestantes. São pessoas que após serem capturadas não se sabe mais o seu paradeiro. Alguns apareceram flutuando nos rios, espartilhados, com a cabeça em bolsas, os corpos com sinais de tortura”, acrescentou.

“Nas últimas jornadas, as forças repressivas colombianas, tanto a polícia como a sua ferramenta paramilitar (os esquadrões da morte) e o Exército estiveram reprimindo em diferentes pontos, como em Tuluá, em Usme, e em Cali particularmente, o que resultou em vários assassinatos e centenas de feridos. O que estão praticando é o desaparecimento forçado como terrorismo de estado”, condenou Cecilia Zamudio.

Na sua avaliação, o que possibilita a manutenção desta política antipopular e antinacional, perpetuada há décadas, “é o império estadunidense, que mantém o país ocupado com sete bases militares”. “A partir destas bases, treinam a sua ferramenta paramilitar para que torture o povo nos campos e nas cidades”, acrescentou.

Reforçando a denúncia sobre a gravidade da situação, o advogado Germán Romero disse que, nas últimas semanas, a polícia perseguiu os manifestantes, em plena madrugada, em bicos, áreas despovoadas, bairros e locais onde não pudessem ser observadas as detenções.

O advogado Germán Romero Yepes, pesquisador da Coordenação Colômbia-Europa-Estados Unidos e integrante do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimento Forçado, teve acesso em primeira mão a testemunhas que também condenaram a violência da repressão. Diante do que viu e ouviu, o advogado disse concordar que a Polícia dificultou intencionalmente a documentação das prisões, que posteriormente culminaram em denúncias de desaparecimentos.

“A definição de desaparecimento forçado não implica necessariamente na morte da vítima. Esse é um crime adicional. Mas na Colômbia temos a tradição de que o desaparecimento teve como fim a morte e, geralmente, o ocultamento em uma fossa”, destacou Yepes.

De acordo com Yepes, “aos familiares que chegavam nas delegacias foi negada qualquer informação e as detenções foram prolongadas injustificadamente”. “Há casos de documentos de advogados que chegaram com procuração assinada e lhes foi negado que as pessoas estivessem no local. Esta negativa de informação após a detenção é o que em termos jurídicos configura o desaparecimento forçado. Muitos detidos denunciam que, quando tentaram se comunicar, lhes tiraram ou destruíram seus celulares”, frisou. Os que sobreviveram, obviamente, têm muito medo de falar, pois há ameaças a eles e aos familiares.

Manifestação de repúdio a atos fascistas toma as ruas de Paris

Dezenas de milhares de pessoas se manifestaram nas ruas em toda a França neste sábado (12), protestando contra o que mais de 100 organizações progressistas denunciaram ser “ataques contra a liberdade”, perpetrados pela extrema direita além de imposição de leis “liberticidas”.

“Diante da propagação de ideias racistas e sexistas, diante deste clima de ódio, racismo e ataques nas liberdades individuais e coletivas, decidimos coletivamente organizar o primeiro dia nacional de demonstrações e mobilizações contra as ideias de extrema direita”, diz o manifesto convocando as manifestações.

Os protestos da chamada “Marcha da Liberdade” foram a primeira manifestação após um ano e meio de restrições devido à pandemia.

Os organizadores avaliaram em 70 mil o número de participantes em Paris e 150 mil em todo o país. Segundo o próprio governo francês, houve 119 marchas durante o sábado no país, com a participação de socialistas,

comunistas, ecologistas e dezenas de sindicatos.

Os manifestantes denunciaram o que apontam ser o fim do Estado Social e dos serviços públicos, já que desde que assumiu, o presidente Emmanuel Macron adotou políticas de austeridade e reformas que afetam direitos dos trabalhadores e dos setores mais vulneráveis da população.

Apesar da posição contrária dos sindicatos e de muitas organizações sociais, o governo adotou uma reforma trabalhista, em setembro do ano passado, que modificou leis para dar maior ‘flexibilidade’ às empresas na demissão e contratação de trabalhadores, ou seja, passou por cima dos direitos conquistados ao longo de anos de luta. Na sequência, empresas públicas – como a companhia ferroviária SNCF – demitiram trabalhadores sem justa causa e sem indenização, e por isso muitos manifestantes enfatizaram a defesa do serviço público.

Leia mais no site do HP



O veículo-robô da missão Tianwen-1 dispôs a câmera a 10 m e produziu esta ‘selfie’

China divulga fotos de Marte tiradas pelo Zhurong

A China divulgou na sexta-feira (11) o primeiro lote de imagens da aterrissagem da espaçonave Tianwen-1 em Marte. As imagens foram tiradas por seu rover [veículo robótico] Zhurong, incluindo uma vista panorâmica do local de pouso e do terreno de Marte.

As imagens foram reveladas em uma cerimônia realizada pela Administração Espacial Nacional da China em Pequim, marcando o sucesso total para a primeira missão de exploração de Marte da China, registrou o jornal Global Times.

Batizado em homenagem a um antigo deus do fogo na

mitologia chinesa, o rover Zhurong de 1,85 metros de altura e 240 quilos saiu da plataforma de pouso com segurança e chegou à superfície de Marte às 10h40 do dia 22 de maio, dando início à sua missão de exploração.

A China se tornou o segundo país do mundo a implantar com sucesso um robô robótico na superfície de Marte, quebrando o monopólio dos EUA no campo, sublinharam analistas espaciais chineses.

Uma foto circular de 360° tirada pela câmera de navegação do terreno no mastro do rover, antes de deixar a

plataforma de pouso, propicia uma vista panorâmica. O horizonte de Marte pode ser visto à distância.

O mapa topográfico de Marte é a primeira imagem topográfica obtida pela câmera de terreno de navegação depois que o rover Zhurong atingiu a superfície de Marte. A imagem mostra que a superfície próxima é relativamente plana, com pedras de tamanhos diferentes distribuídas.

O rover viajou cerca de 6 metros a sudeste da plataforma de pouso e obteve uma imagem da plataforma de pouso.

Frente à posição de Biden de induzir a Europa para uma cruzada anti-China, Merkel defendeu cooperação ao invés de confronto, no que foi apoiada pela Itália e pelo líder do Conselho da UE

O clima esquentou durante a reunião do G7 (grupo assim denominado por reunir as sete maiores economias, denominação que não cabe exatamente, entre outros fatores pela ausência da China) quando, na reunião do sábado (12), a chanceler alemã, Angela Merkel, objetou a posição dos EUA trazida pelo presidente Joe Biden, de organizar uma força-tarefa juntando as economias centrais para uma ação de contraposição e contenção ao crescimento econômico e de influência da China.

Merkel deixou claro que concorda com uma união das economias aliadas e mais outras nações para retirar a economia global da crise agravada pela pandemia. “Isto não é sobre ser contra alguma coisa, mas a favor de alguma coisa”, já havia declarado Merkel a jornalistas assim que chegou ao encontro. Em conversa com o premiê inglês Boris Johnson, Merkel enfatizou a preferência por uma “agenda positiva focada em questões climáticas e comércio” a ser adotada por outros países também.

Segundo funcionários da delegação norte-americana que acompanham Biden, também destacaram os investimentos comuns acordados entre a China e a União Europeia, o líder italiano, Mario Draghi e outros líderes europeus.

Biden chegou à Inglaterra pedindo medidas energéticas contra a China, declarando que o objetivo era “fortalecer a aliança, deixando claro para Putin e para a China que a Europa e os Estados Unidos são unidos”.

COOPERAÇÃO, SIM

Essa postura de nítida rejeição da Guerra Fria, foi amplamente contestada pela União Europeia já que o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, saudou o acordo de investimentos com a China como algo marcante e como um “grande passo na direção certa”.

Segundo os funcionários que conversaram com os jornais europeus, a preocupação mais presente em Joe Biden é a contraposição ao acordo chamado de Rota da Seda (Belt and Road Initiative, BRI, na sigla em inglês) que, desde o ano passado, tem tido um crescimento em termos globais de assinaturas, chegando já a 100 países, com 2.600 projetos e um investimento de US\$ 3,7 trilhões (em torno de R\$ 19 trilhões). De acordo com dados do site voltado para economia, Refinitiv, tais inversões iriam para estimular projetos de água e eletricidade, petróleo e gás, mineração, indústria, comunicações, entre outros.

Entre os pretextos levantados por Biden, que conseguiu apoio da Inglaterra e do Canadá, para uma crítica pública à China por parte do G7, são citadas “práticas econômicas anti-mercado” e abusos a direitos humanos especificando a ‘denúncia’ de agressão a minorias étnicas como as que seriam submetidas a ‘trabalho forçado’ em Xinjiang.

Segundo o jornalista Kevin Liptak, da CNN, “as divergências, transmitidas durante uma sessão que a certa altura se tornou tão sensível que toda a internet foi fechada”.

Um dos problemas enfrentados por Biden é o da incapacidade de seu país e das restantes economias capitalistas mais destacadas é o declínio da produtividade resultante do desvio de recursos para o improdutivo setor financeiro. “A medida que a rentabilidade do investimento produtivo caiu, o investimento em ativos financeiros tornou-se cada vez mais atraente e houve uma queda no que o novo estudo chama de ‘eficiência alocativa’ do investimento. Isso se acelerou durante a queda do COVID”, informa o economista Michael Roberts na matéria intitulada “Com produtividade em queda, parasitismo

corrói economia americana, diz economista” publicada no HP (<https://horadopovo.com.br/com-produtividade-em-queda-parasitismo-corroi-economia-americana-diz-economista/>).

Tanto assim que a proposta esboçada pela Casa Branca de “catalisar coletivamente centenas de bilhões de dólares em investimentos em infraestrutura, incluindo a mobilização de capital do setor privado em áreas como clima, saúde e segurança sanitária, tecnologia digital”, sem deixar claro como exatamente o plano funcionaria ou quanto capital Biden alocaria no final das contas, soa como uma quimera. As informações são de que Merkel acha a ideia interessante mas adianta que a Alemanha não tem como alocar recursos no projeto norte-americano.

“Não se trata apenas de confrontar ou enfrentar a China”, lamentou-se um alto funcionário do governo Biden à Reuters. “Mas até agora não oferecemos uma alternativa positiva que reflita nossos valores, nossos padrões e nossa forma de fazer negócios”.

Assim, como resumiu o diretor de pesquisa do Conselho Europeu de Relações Exteriores, Jeremy Shapiro, a Europa para os EUA é em grande parte um lugar grandiloquente onde as autoridades americanas fazem discursos e praticam diplomacia quente em locais pitorescos “para mostrar e entoar os encantamentos rituais de solidariedade transatlântica”.

Para o articulista do The Express Tribune, Azhar Azam, Biden se sente incomodado tanto pela ascensão da China, mas também pela destacada atuação chinesa no combate à pandemia “e pelos elogios globais pela cooperação chinesa em vacinas”, assim como “pela conceitualização da prosperidade universal”, quando da vitória sobre a miséria implementada pelo governo chinês. Para Azam, “Biden está obcecado com a China”.

Mais uma vez, a chanceler alemã Angela Merkel, o primeiro-ministro italiano Mario Draghi, embora não tenham se enfrentado abertamente com o projeto de Biden, procuraram enfatizar áreas de cooperação com a China.

Azam analisa que Michel, presidente do Conselho Europeu, advoga uma posição objetiva sinalizando para acabar com as diferenças e fortalecer os laços comerciais e econômicos com a China – apesar de ver Pequim como um competidor, mas também importante parceiro de cooperação – mostra o caminho para Washington como um equilíbrio pode ser criado entre os dois lados por meio de um envolvimento contínuo em vez de um confronto absoluto.

Ele acrescenta que o comportamento de Biden à China por parte do G7, são citadas “práticas econômicas anti-mercado” e abusos a direitos humanos especificando a ‘denúncia’ de agressão a minorias étnicas como as que seriam submetidas a ‘trabalho forçado’ em Xinjiang.

Segundo o jornalista Kevin Liptak, da CNN, “as divergências, transmitidas durante uma sessão que a certa altura se tornou tão sensível que toda a internet foi fechada”.

Um dos problemas enfrentados por Biden é o da incapacidade de seu país e das restantes economias capitalistas mais destacadas é o declínio da produtividade resultante do desvio de recursos para o improdutivo setor financeiro. “A medida que a rentabilidade do investimento produtivo caiu, o investimento em ativos financeiros tornou-se cada vez mais atraente e houve uma queda no que o novo estudo chama de ‘eficiência alocativa’ do investimento. Isso se acelerou durante a queda do COVID”, informa o economista Michael Roberts na matéria intitulada “Com produtividade em queda, parasitismo

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Os atentados de Bolsonaro à disciplina e ao espírito do nosso Exército - (2)

“O fato de ‘faltar a verdade’ não incapacita ninguém para o oficialato”, disse Bolsonaro, em sua defesa ao STM

CARLOS LOPES

É curioso – mas não surpreendente – que Bolsonaro tenha sido condenado, pelo Conselho de Justificação do Exército, em janeiro de 1988, por infringir a lei (precisamente, o Estatuto dos Militares; o atual Regulamento Disciplinar do Exército somente foi estabelecido em 2002) em pontos que ele faria Pazuello infringir 33 anos depois, para quebrar a disciplina da instituição.

Já chegaremos aos dispositivos legais que Bolsonaro infringiu, quando capitão do Exército.

Antes, é preciso observar que aquilo que mais chocou os militares – dos membros do Conselho de Justificação, que o julgou e condenou à expulsão, até o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves – foi a mentira.

“Em sua conclusão, o Conselho afirmou que Bolsonaro mentiu no depoimento da noite de 25 de outubro de 1987 [quando da publicação da matéria de ‘Veja’ sobre o plano de colocar bombas em quartéis], mentiu durante todo o processo, na sindicância e no Conselho de Justificação, e ‘revelou comportamento ético e incompatível com o pundonor militar e o decoro da classe’” (cf. Luiz Maklouf Carvalho, “O Cadete e o Capitão – A vida de Jair Bolsonaro no quartel”, Ed. Todavia, S. Paulo, 2019, p. 112).

O ministro, general Leônidas, achou esta questão absolutamente relevante, a ponto de dedicar a ela, em fevereiro de 1988, um editorial do “Noticiário do Exército”, em que cita explicitamente Bolsonaro como tendo desonrado, pela mentira, a instituição militar.

A mentira – e o modo como Bolsonaro mentiu, sistemática e cinicamente – era, para o general, algo muito mais grave do que o plano, em si, de colocar bombas em prédios militares, para desmoralizá-lo.

O editorial, publicado pelo ministro do Exército, era o seguinte (as maiúsculas estão no original):

“A VERDADE: UM SÍMBOLO DA HONRA MILITAR”

“O CADETE – futuro oficial do Exército – ao ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras recebe uma miniatura da espada de CAXIAS declarando solenemente: ‘Recebo o sabre de CAXIAS como o próprio símbolo da honra militar’.

“Dentro dessa máxima é formado o oficial do Exército Brasileiro. É o culto aos valores morais da honestidade, da lealdade, da coragem moral e do amor à verdade.

“O Código de Honra é, pois uma das instituições mais caras, não somente ao oficial, mas, como de resto a todos os integrantes do Exército. Esse, seguramente, é o motivo pelo qual, no RDE [Regulamento Disciplinar do Exército], o FALTAR À VERDADE inicia a lista das transgressões disciplinares.

“Ao oficial cabe a responsabilidade e a obrigação de zelar pela disciplina e pela preservação dos valores morais no universo de seus subordinados. FALTAR À VERDADE, transgressão disciplinar grave, desta maneira, pode ganhar contornos ainda mais sérios quando praticada por oficial e sem circunstâncias que a atenuem.

“Neste caso se enquadram os acontecimentos em que se envolveram os Capitães Bolsonaro e Fábio [Passos].

“São oficiais que, quando Cadetes empunharam o símbolo da própria honra militar e sobre ele postaram solene juramento.

“Ao longo de suas carreiras, aprenderam e conheceram o verdadeiro significado de tal valor.

“No entanto, conscientemente, faltaram com a verdade e macularam a dignidade militar. Foi a conclusão a que chegaram

os integrantes de Conselhos de Justificação ao analisarem documentos que aqueles oficiais redigiram de próprio punho.

“Tornaram-se, assim, estranhos ao meio em que vivem e sujeitos tanto à rejeição de seus pares como a serem considerados indignos para a carreira das armas.

“Na guerra, já plena de adversidades, não se pode admitir a desonra e a deslealdade que não do lado inimigo, jamais do lado amigo.

“O Ministro do Exército, responsável maior pela manutenção dos valores primeiros de nossa Instituição, acaba de homologar os pareceres dos Conselhos de Justificação que consideraram os dois Capitães como tendo faltado à verdade em circunstâncias absolutamente vazias de atenuantes e justificativas.

“Não deve ser esquecido que, inicialmente, o Ministro confiou na palavra dos dois Capitães, desde o momento em que, chamados à presença de seu Comandante, negaram e ratificaram, por escrito, declarações e atitudes a eles atribuídas por uma repórter.

“No entanto, havia a denúncia e era imprescindível tudo apurar para que dúvida não restasse.

“Lamentavelmente para a Instituição a verdade apurada modificou a primeira impressão e, conseqüentemente, teve que ser modificada a atitude inicial.

“O fato e tais circunstâncias tornaram os dois oficiais passíveis de serem considerados impedidos de continuarem a pertencer aos quadros de nosso Exército, se assim forem julgados pelo STM.

“O Exército tem, tradicionalmente, utilizado todos os meios legais para extirpar de suas fileiras aqueles que, deliberada e comprovadamente, desmerecem a honra militar.

“A verdade é um símbolo da honra militar” (Noticiário do Exército nº 7449, de 25 de fevereiro de 1988).

A JUSTIFICAÇÃO DA MENTIRA

O relato que consta desse editorial – a confiança inicial do ministro do Exército em Bolsonaro e as provas expostas em contrário no Conselho de Justificação – é exato, ainda que resumido.

Também é exato que o veredicto final dependia do Superior Tribunal Militar (STM), pois a legislação obrigava o ministro do Exército a enviar o resultado do Conselho para esse tribunal.

Aqui, existe algo estranho – ou, senão estranho, singular.

Bolsonaro sempre alegou publicamente que dissera a verdade, que a “Operação Beco Sem Saída” (o plano de colocar bombas “de pequena potência” em instalações militares) fora uma invenção da repórter de “Veja” – ou da própria “Veja” – e que os croquis, que as perícias apontaram como de sua autoria, jamais foram desenhados por ele.

Entretanto, na sua defesa, por escrito, ao STM, está o seguinte trecho:

“SENHORES MINISTROS:

“Mesmo admitindo que houvesse mentira, como tenta insinuar o LIBELO ACUSATORIO, o fato de ‘faltar a verdade’ não incapacita ninguém para o oficialato, uma vez que tal comportamento deve ser punido com fundamento no Regulamento Disciplinar do Exército, onde está previsto no elenco das transgressões disciplinares (art. 13, 1º).

“Como é óbvio a punição dada às transgressões disciplinares, opera um ressarcimento à lesão causada à estrutura militar, donde ser absurda a hipótese de pretender-se a cassação do posto e da patente, com fundamento em uma suposta mentira, atribuída ao oficial justificante” (grifos nossos).



Para que essa defesa de que a mentira “não incapacita ninguém para o oficialato”, se Bolsonaro está alegando que falou a verdade?

A hipótese mais lógica é evidente: ele sabe que não está falando a verdade – e sabia que os outros percebiam que ele não estava falando a verdade. Mas, apesar disso, quer (pelo menos queria, naquele momento) continuar como oficial do Exército. Daí, essa defesa de que ser mentiroso é compatível com ser oficial do Exército.

Pois é isto: ao contrário do general Leônidas, Bolsonaro está argumentando que a mentira é compatível com a condição de oficial do Exército – inclusive a mentira dita aos seus comandantes e companheiros de armas; inclusive em uma questão grave, como um plano para colocar bombas em quartéis; porém, não apenas isso: Bolsonaro alega que a punição de uma mentira é suficiente para “ressarcir a lesão causada à estrutura militar” (Maklouf, op. cit., pp. 124 e 212, fac-símile).

Logo, para que se preocupar com isso?

Do ponto de vista psicológico, a imaturidade aparece mais ou menos como uma fratura exposta: como no caso daqueles indivíduos que acham que a palavra “desculpe” anula qualquer mal que tenham causado.

Além desses aspectos, aqui, importa pouco o aspecto formal – e, muito mais, o aspecto moral, exatamente o centro do texto publicado pelo general Leônidas Pires Gonçalves no “Noticiário do Exército”.

Esse trecho da defesa de Bolsonaro – assinada por ele mesmo, antes de constituir advogada perante o STM – é mencionado por Maklouf, que publica, inclusive, o fac-símile do documento. No entanto, o destaque dado aqui – e a interpretação – é de responsabilidade inteiramente nossa.

O motivo é que isso revela que, já naquela época, Bolsonaro não somente não via problemas em mentir, como achava que um oficial das Forças Armadas podia mentir – desonrar a espada de Caxias, na expressão do general Leônidas – e continuar a ser um oficial. Daí para dizer que Pazuello não foi a uma manifestação política, no dia em que subiu ao palanque com o próprio Bolsonaro, não vai nem um passo muito largo.

O fato é que o general Leônidas tinha razão: Bolsonaro é um mentiroso desabrido, comportamento incompatível com a instituição militar – e, aliás, com o governo do País.

ESQUISITAS VIÚVAS

Bolsonaro foi condenado, em 25 de janeiro de 1988, à expulsão do Exército, pelo Conselho de Justificação, por “contrariar os itens IV, VII, IX, XVI e XIX do artigo 28 e infringir o artigo 29 do Estatuto dos Militares:

“Art. 28. O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar:

“IV – cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

“VII – empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

“IX – ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

“XVI – conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar;

“XIX – zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética militar”.

Além disso, Bolsonaro foi condenado por infração ao artigo 29, do mesmo Estatuto dos Militares:

“Art. 29. Ao militar da ativa é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada” (Maklouf, op. cit., pp. 112/113).

Pode-se dizer, portanto, que Bolsonaro fez agora, no caso Pazuello, o que não conseguiu para si quando estava dentro do Exército. Sua posterior absolvição pelo STM, como veremos, não apagou seus atos, nem tornou menos justa a condenação anterior, pelo Conselho de Justificação do Exército, ratificada pelo ministro do Exército.

Em suma, o atentado à disciplina do Exército não ficou sem resposta no caso de Bolsonaro. Trinta e três anos depois, ele vingou-se, com o caso de Pazuello.

Entretanto, quando Bolsonaro foi condenado (1988) ele já era conhecido por uma punição anterior, em 1986: os 15 dias de prisão, por ter publicado na revista “Veja” um artigo reclamando dos soldos nas Forças Armadas, especialmente, no Exército.

O artigo é bem escrito demais para que tenha saído da lavra de Bolsonaro. Como observa Maklouf, “é improvável que ele próprio o tenha escrito, ao menos em sua forma final. Ele mesmo já se referiu ao artigo como fruto de uma entrevista que tinha dado à Veja – hipótese mais razoável. Não era incomum que entrevistas fossem transformadas em artigos pela redação. Ou então algum colega mais qualificado o ajudou a redigir e ele depois o encaminhou à redação semipronto” (p. 58).

Quanto ao conteúdo, lido hoje, é menos uma reivindicação por melhores soldos do que um ataque às autoridades das Forças Armadas e ao então presidente Sarney – no momento em que a ditadura, somente no ano anterior, havia acabado, após 21 anos, com alguns inconformados, tanto civis quanto militares.

Existe um trecho particularmente significativo. Apesar de todo o artigo, a partir do título (“O salário está baixo”), ser uma reivindicação por aumento salarial, ele diz, a certa altura: “Não pleiteio aumento salarial. Reclamo – como fariam, se pudessem, meus colegas – um vencimento digno da

confiança que meus superiores depositam em mim”.

A aparente contradição do texto – a declaração de que não está pleiteando exatamente aquilo que ostensivamente está pleiteando – se resolve pelo período entre travessões (“como fariam, se pudessem, meus colegas”), onde é claro o objetivo do autor de colocar-se à frente dos militares como uma espécie de líder classista. Isso, para ele, é mais importante do que conquistar uma melhora no soldo dos militares.

Foi, aliás, o que ele tentou publicamente em seguida, quando passou do Exército para a política partidária, até que se tornou representante das milícias do Rio de Janeiro – e, até mesmo, depois que isso aconteceu.

A reação do Exército a esse artigo, publicado em “Veja” – a mesma revista que Bolsonaro iria maldizer a partir do ano seguinte, quando ela revelou seu plano de colocar bombas em quartéis –, foi imediata.

“Na segunda-feira seguinte, uma breve nota do Jornal do Brasil dizia tudo sobre a reação do comandante do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves: ‘O ministro considerou o artigo um ato de indisciplina inadmissível’. A ‘punição de oficial’ saiu ainda no dia 2 de setembro e foi publicada no boletim interno nº 163, do dia 3. (...) O capitão (...) foi punido pelo comandante do 8º GAC, paraquedista, coronel Ary Schittini Mesquita, ‘por ter elaborado e feito publicar em revista semanal, de tiragem nacional, sem conhecimento e autorização de seus superiores, artigo em que tece comentários sobre a política de remuneração do pessoal civil e militar da União; ter abordado aspectos da política econômico-financeira do governo fora de sua esfera de atribuições e sem possuir um nível de conhecimento global que lhe facultasse a correta análise; ter sido indiscreto na abordagem de assuntos de caráter oficial comprometendo a disciplina; ter censurado a política governamental; ter ferido a ética gerando clima de inquietação no âmbito da OM [organização militar], da GU [grandes unidades] e da força; e por ter contribuído para prejudicar o excelente conceito da tropa Paraquedista no âmbito do Exército e da nação’.

“O embasamento foi a infração a seis artigos do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). ‘Fica preso por 15 dias, a contar de 1 set. 86’, diz a nota do boletim interno” (Maklouf, op. cit., pp. 60/61).

Houve algumas manifestações a favor e contra Bolsonaro (por exemplo, um oficial, anonimamente, declarou: “Que os militares são mal pagos todo mundo sabe. O que não podemos admitir é a indisciplina”).

Mas o sintomático foi a manifestação de uma das viúvas da ditadura, o notório Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), acusado pelo assassinato de Alexandre von Baumgarten (1982) e denunciado por envolvimento no atentado do Riocentro (1981).

Newton Cruz enviou um telegrama a Bolsonaro, então



Bolsonaro em pronunciamento pela TV (foto: Anderson Riedel/Presidência da República)

preso, se solidarizando com ele. “Expresso meu acordo e minha tristeza com os fatos relatados em seu artigo”, dizia o telegrama” (p. 62).

Aqui, há um episódio interessante: quem revelou ao Exército os contatos de Bolsonaro com Newton Cruz foi o futuro general Juares Aparecido de Paula Cunha, que Bolsonaro demitiu, em 2019, da presidência dos Correios (v. HP 21/06/2019, Afastado por Bolsonaro, general Juares Cunha é ovcionado em despedida).

Na época, Juares Cunha era capitão. “Ele contou ter assistido ao embarque, em uma Veraneio, de Bolsonaro e do grupo que iria jantar com Newton Cruz. E relatou o fato ao instrutor-chefe do curso de artilharia, coronel Cyrino. Bolsonaro (...) o ‘procurou em particular’ para dizer que ‘não havia gostado da atitude dele em Brasília’ e que, ‘embora tendo servido [com Juares Cunha] por muito tempo, poderia esquecer que era seu amigo, em caso de acontecer ‘qualquer coisa’” (Maklouf, op. cit., p. 63).

Pelo visto – e considerando que o general Juares foi, desde o governo Temer, um excelente presidente dos Correios – Bolsonaro não esqueceu o incidente.

DESLEALDADE CONFESSA

Por fim, algo que revela como Bolsonaro ficou acuado após a punição de 15 dias de prisão, devido ao artigo publicado em “Veja”.

Na sindicância do ano seguinte, sobre a Operação Beco Sem Saída, foram feitas várias perguntas sobre a publicação do artigo.

“No depoimento do dia 12 de dezembro, quando o interrogador perguntou a Bolsonaro por que, diante da resposta [ou do silêncio] do coronel Schittini [sobre o problema salarial], ele não recorreu, internamente, a outra instância hierárquica, ele disse simplesmente ter preferido a publicação. O interrogador quis saber se ele não achava que essa escolha configurava um ‘ato ético em relação à Instituição [Exército]’, e Bolsonaro respondeu ter ‘plena consciência que cometeu um ato de indisciplina’. Interrogado sobre se sabia que ‘estava sendo desleal para com a Instituição e para com seu comandante’, respondeu que havia cometido ‘uma transgressão disciplinar e que, à época, não levou em consideração que seria uma deslealdade, mas que agora acha que sim’.”

O comentário de Luiz Maklouf Carvalho é pertinente:

“Essa parte do depoimento esclarece um ponto que Bolsonaro pôs em dúvida anos depois, o de ter dito que cometera uma deslealdade com o Exército e com seu comandante direto. E verdade que ele retirou essa afirmação em depoimento posterior, mas também é verdade que a fez. Não só na frase citada, mas em outra resposta do mesmo depoimento, algumas linhas depois. Quando mais uma vez ouviu a pergunta sobre se considerava sua decisão uma ‘atitude desleal’, respondeu que ‘em primeira instância foi uma indisciplina e consideraria também uma deslealdade’” (Maklouf, op. cit., p. 63, grifos nossos).

Que Bolsonaro depois tenha retirado o que disse – e, inclusive, negado que o disse – é mais um elemento para o mesmo padrão de sempre.

CONTINUA